

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 041

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE ABRIL DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (51). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Irineu Colombo, Valdir Rossoni e Ademar Traiano (03).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/128, 129, 130 e 131/2001, do senhor governador do Estado, restituindo a esta Casa

Legislativa os Projetos de Lei nºs 050/98, 076/95, 150/99 e 653/97. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO ASS. nº 009/2001

Curitiba, 16.04.2001.

Senhor Presidente.

Com meus cordiais cumprimentos, venho solicitar a Vossa Excelência informações sobre os requerimentos relacionados abaixo e que foram aprovados em plenário:

- aprovado em 21.02.2001 e encaminhado à Casa Civil em 22.02.2001, de acordo com Ofício nº 242/2001/CEA da Primeira Secretaria;

- aprovado em 06.03.2001 e encaminhado à Secretaria de Transportes em 08.03.2001, de acordo com Ofício nº 373/2001/CEA da Primeira Secretaria; e

- aprovado em 07/03/2001 e encaminhado à Casa Civil em 12/03/2001, de acordo com o Ofício 437/2001/CEA da Primeira Secretaria.

De acordo com o artigo 135 do Regimento Interno, o não atendimento no prazo de trinta dias ao requerimento de informações aprovado em plenário, importa em crime de responsabilidade por parte do órgão questionado.

Para tanto, senhor presidente, venho mui respeitosamente solicitar providências, já que até a presente data não recebi qualquer informação sobre os assuntos abordados.

Certo de poder contar com especial atenção de Vossa Excelência ao exposto, reitero protestos de alta consideração e respeito.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Emenda:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Os incisos I e V do artigo 75 da Constituição Estadual passam a vigor com a seguinte redação:

“I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador do Estado e pelos prefeitos, respectivamente nos prazos de 60 (sessenta) e 180 (cento e oitenta) dias a contar de seu recebimento, mediante parecer prévio.”

.....

“V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e municípios mediante convênio, acordo, ajuste e outros instrumentos congêneres, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do recebimento das informações, salvo nas hipóteses de justificados indícios de irregularidades ou de documentação incompleta.”

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Augustinho Zucchi, Tony Garcia, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Antonio Baratter, Ricardo Chab, Divanir Braz Palma, Moysés Leônidas, Beraldin, Cezar Silvestri, Antonio Carlos Belinati, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Tiago Amorim Novaes, Renato Gaucho, Ricardo Maia e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição guarda perfeita compatibilidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais regentes da matéria. Teve-se extremo cuidado, neste aspecto, ao montá-la.

A evolução democrática do País exige que órgãos encarregados de fiscalizar o cumprimento de leis observem-nas com rigor. Se não o fizerem com que autoridade irão cumprir sua missão? Órgãos de controle não podem estar acima do bem e do mal, hão de ter também alguma espécie de controle. Daí a necessidade de que as normas regentes de suas atividades estabeleçam limites à discricionariedade. Caminha-se para se consolidar no País, inclusive, o controle dos atos administrativos do judiciário.

Os tribunais de contas fiscalizam Estados e municípios???? E quem fiscaliza o Tribunal de Contas? Por imperativo jurídico - basta examinar-se a Constituição do Estado - é a Assembléia Legislativa. Os artigos 74 e 75 não deixam dúvidas neste sentido, particularmente o § 4º deste, cuja redação segue:

“§ 4º - O Tribunal (de Contas) encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentares terão conhecimento.”

Poder-se-ia indagar se, a rigor, o Tribunal de Contas vem cumprindo o disposto nesse § 4º (???). Ou seja, poder-se-ia indagar e em cumprimento desse mandamento constitucional - vem o Tribunal enviando a Assembléia Legislativa tais relatórios circunstanciados - claros, objetivos e transparentes - de suas atividades????

A função dos Tribunais de Contas tem previsão na Constituição Federal (artigos 70-75) e na Constituição Estadual (artigos 74-77) vinculando-os, na condição de órgãos **auxiliares** do Legislativo da União (Congresso Nacional) e dos Estados (Assembléias Legislativas).

Enfatize-se que a Constituição Estadual (artigos 74 e 75, *caput*) - em perfeita consonância com a Carta Federal - deixa claro que a titularidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e da administração direta e indireta do Estado e da Assembléia Legislativa que exercerá tais funções “com o **auxílio** do Tribunal de Contas do Estado.”

A princípio, poder-se-ia afirmar que o § 2º do artigo 57 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - fixa peremptoriamente o prazo de 180 dias para a emissão de Parecer Prévio conclusivo sobre as contas de municípios que não

sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes.

Entretanto, tecnicamente, parágrafos de uma lei hão de ser interpretados em consonância com o que dispõe o *caput*. E o *caput* do artigo 57 da LRF prescreve:

“Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais...”.

Ora, cristalinamente, integrando o conteúdo do § 2º do artigo 57, está a condicionante **“se outro (prazo) não estiver estabelecido nas constituições estaduais”**.

Portanto, não se diga que a presente proposição conflitua com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não se diga também que o projeto tem a pretensão de dificultar o exame das contas municipais, pois, a “ressalva” é justamente para o que Tribunal de Contas tenha tempo suficiente para aprofundar auditoriais em contas em que haja fundamentados indícios de irregularidades ou nos casos em que lhe sejam apresentadas documentação incompleta.

Não se pode dizer também que o projeto, na redação que dá ao inciso V do artigo 75, conflitua com o artigo 25 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pois a ressalva - na parte final do dispositivo proposto - guarda perfeita compatibilidade com o citado dispositivo da LRF, pois é evidente que a inobservância das condições previstas no artigo 25 da LRF corresponde a “indícios de ou a irregularidades...” a que se refere a ressalva do inciso V da redação proposta. Portanto, há perfeita compatibilidade.

Já se tornou comum reclamações de prefeitos quanto ao atraso tanto na fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Município quanto na apreciação de contas destes - e conseqüente emissão de certidões liberatórias ou negativas por parte do Tribunal de Contas, o que causa transtornos às administrações municipais, notadamente no que pertine a liberação de transferências de recursos e a contratação de operações de crédito.

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho por intermédio do presente, conforme solicitação de Vossa Excelência, indicar os membros da Bancada do PMDB que irão compor a CPI da telefonia nesta Casa, conforme segue:

Titular: deputado Edson Strapasson.

Suplente: deputado Ademir Bier.

Sendo o que se apresenta para o presente momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) NEREU MOURA
Líder da Bancada do PMDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tem o presente o objetivo de cumprir determinação de Vossa Excelência para que os partidos indiquem os nomes dos seus representantes que formarão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar.

Os representantes do Partido da Frente Liberal - PFL são: deputado Plauto Miró Guimarães e deputado Nelson Garcia.

Para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Líder da Bancada do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo determinação de Vossa Excelência para que os partidos indiquem os nomes dos seus representantes que formarão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, informamos que o representante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB é o deputado Augustinho Zucchi.

Para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) SERGIO SPADA
Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Cumprindo determinação de Vossa Excelência para que os partidos indiquem os nomes dos seus representantes que formarão a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, informamos que o representante do Partido Progressista Brasileiro - PPB são: deputado Tony Garcia como titular e deputado Duílio Genari, como suplente.

Para o momento, aproveitamos para reiterar protestos de elevada consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) TONY GARCIA
Líder do PPB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB nesta Casa de Leis, indico o

nome dos deputados Algaci Tulio e Luiz Carlos Alborghetti para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da telefonia.

Sem mais para o momento, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ALGACI TULIO
Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Fica constituída a Comissão de Reforma à Constituição estadual para opinar, com os seguintes deputados:

- 01 - Caíto Quintana;
- 02 - José Maria Ferreira;
- 03 - Algaci Tulio;
- 04 - Luiz Carlos Zuk;
- 05 - Eli Ghellere.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, indicados pelas Lideranças de seus respectivos partidos para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, no uso de suas atribuições regimentais, e, utilizando-se de um comum acordo, vêm pelo presente, REQUERER, ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Mui Digno presidente desta Assembléia Legislativa, conforme prevê o artigo 19, XXI e XXVIII, do Regimento Interno desta Casa, seja procedida a indicação do deputado Tony Garcia (PPB) para presidir a referida Comissão.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) TONY GARCIA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, NELSON GARCIA, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, ALGACI TULIO, AUGUSTINHO ZUCCHI e EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, indicados pelas Lideranças de seus respectivos partidos para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, no uso de suas atribuições regimentais, e, utilizando-se de um comum acordo, vêm pelo presente, REQUERER, ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Mui Digno presidente desta Assembléia Legislativa, conforme prevê o artigo 19, XXI e XXVIII, do Regimento Interno desta Casa, seja procedida a indicação do deputado Plauto Miró Gui-

marães (PFL) para vice-presidente da referida Comissão.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) TONY GARCIA, NELSON GARCIA, ALGACI TULIO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EDSON STRAPASSON, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e ÂNGELO VANHONI.

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, indicados pelas Lideranças de seus respectivos partidos para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar, no uso de suas atribuições regimentais, e, utilizando-se de um comum acordo, vêm pelo presente, REQUERER, ao Excelentíssimo deputado Hermas Brandão, Mui Digno presidente desta Assembléia Legislativa, conforme prevê o artigo 19, XXI e XXVIII, do Regimento Interno desta Casa, seja procedida a indicação do deputado Algaci Tulio (PTB) para relator da referida Comissão.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) TONY GARCIA, NELSON GARCIA, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ALGACI TULIO, ÂNGELO VANHONI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI e EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e com base no artigo 36 e seus parágrafos, REQUER a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar irregularidades na Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Considerando as denúncias existentes de várias irregularidades cometidas pela Copel, com:

a) compra de títulos de dívida pública de Estados sem condição de serem resgatados;

b) compra de títulos do Sercomtel - Londrina, sem explicação convincentes;

c) uma empresa com capital real de 47 bilhões, está sendo preparada para ser vendida por 5 bilhões de reais;

d) o comprometimento de pagar valores ao Banco Itaú, para resgate das ações em poder daquele estabelecimento bancário.

e) aposentadorias irregulares.

A referida Comissão terá a duração de cento e vinte (120) dias, e será composta de sete (sete) membros.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) NEREU MOURA, ADEMIR BIER, ANTONIO ANIBELLI, ÂNGELO VANHONI, CAÍTO QUINTANA, EDSON STRAPASSON, ELI GHELLERI, IRINEU COLOMBO, HERMES FONSECA, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ CARLOS ZUK, ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, AUGUSTINHO

ZUCCHI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, BERALDIN, RENATO GAUCHO, SERGIO SPADA, CEZAR SILVESTRI, MARCOS ISFER, TONY GARCIA e ALGACI TULIO.

Deputados que assinaram a CPI da Copel:

Nereu Moura, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Irineu Colombo, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes Litro, Beraldin, Renato Gaúho, Sergio Spada, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Toni Garcia e Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 1022/A

RELATÓRIO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS CPI - COMBUSTÍVEIS

**(Este Relatório está publicado em sua íntegra,
no final desta Ata)**

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais respeitosamente, REQUEREM que a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tome as providências cabíveis, com vistas à padronização do formulário de que trata o Inciso II, do Art. 244 do Regimento Interno, referente a Projetos de Iniciativa Popular.

Nestes termos pedem deferimento.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, NEREU MOURA, ELI GHELLERE, ÂNGELO VANHONI, WALDYR PUGLIESI, TONY GARCIA, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS ZUK, BERALDIN, LUIZ CARLOS FERNANDES DA SILVA LITRO, EDSON STRAPASSON, CEZAR SILVESTRI, ALGACI TULIO, MARCOS ISFER, ANTONIO ANIBELLI, ORLANDO PESSUTI, RENATO GAUCHO, LUCIANA RAFAGNIN e HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 117/2000, item 12 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

Apoiamento:

Sérgio Spada.

REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário a retirada por 05 sessões do item 09, Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do ilustre deputado Eli Ghellere, em 2ª discussão na presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1011

Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia por dez sessões do Projeto de Lei nº 117/2000 de autoria do deputado Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ALGACI TULIO, MARCOS ISFER, SÉRGIO SPADA, CEZAR SILVESTRI, TONY GARCIA, RENATO GAUCHO e AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 990

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, desanexação do Projeto de Lei nº 197/2000, de sua autoria, do Projeto de Lei nº 117/2000, cujo autor é o deputado Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei nº 197/2000, apresentado em 14 de junho de 2000, prevê a proibição de instalação e funcionamento de máquinas caça-níqueis em todo o território do Estado do Paraná, prevendo penas aos infratores, inclusive multas, com sua reversão em favor de instituições sociais mantidas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Como se vê, o Projeto de Lei nº 197/2000 e, comparado ao Projeto de Lei ao qual foi anexado, ao mesmo tempo, restritivo e ampliado. Restritivo porque versa acerca de proibição tão somente das máquinas caça-níqueis, ao passo que o projeto de lei ao qual foi anexado determina proibição a “equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou similares, em bares, restaurantes, lanchonetes...”, e ampliado porque, novamente comparando-se, o Projeto de Lei nº 197/2000 prevê penas e destinação dos recursos arrecadados com as multas aplicadas nos casos em que couberem.

Ademais, o Projeto de Lei nº 197/2000 tomou o cuidado de restringir a proibição às máquinas de caça-níqueis porque estas se distinguem de outras destinadas a jogos eletrônicos, estas, aliás, classificadas como diversão eletrônica. A restrição portanto, bus-

cou especificar o alvo da futura lei e as penas que comina, objetivando evitar brechas que permitam futuras contestações.

Depois, há casa de jogos eletrônicos que não podem ser confundidos, seja na forma, seja nos efeitos, às máquinas que prometem prêmios em dinheiro, ou seja, estritamente de jogos de azar, como são as caça-níqueis. Sendo assim, mais uma vez fica evidente o cuidado tomado na redação do artigo 1º do Projeto de Lei 197/2000.

Por fim, o Projeto de Lei 197/2000 não prejudica os jogos legalizados e patrocinados, inclusive, pelos governos do Estado e federal, com parcela das arrecadações destinadas a programas sociais.

Assim, sucintamente, não podem ser confundidos os dois projetos de lei, sob pena de prejuízo ao Projeto de Lei nº 197/2000 em seus objetivos e alcance.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio do Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que visa dispor sobre a emissão de declaração negativa de débitos por empresas prestadoras de serviços públicos à Comissão Permanente de defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 998

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o uso do Pequeno Auditório deputado Luiz Gabriel Sampaio - plenarinho, no dia 09 de maio de 2001, para realização do Fórum sobre lesões por Esforço Repetitivos e Doenças Osteomusculares relacionadas ao Trabalho. LER/DORT.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 991

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba, pela passagem de seus 230 anos de emancipação política no próximo dia 29 de abril/2001.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor José Ananias dos Santos, prefeito municipal, ao vice-prefeito Miguel Jamur, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Guaratuba com alegria irá, no próximo dia 29 de abril/2001, comemorar a passagem de seus 230 anos de emancipação política.

A digna população de Guaratuba, que ao longo desses 230 anos vem exercendo um papel preponderante de apoio e ajuda para que o município caminhe rápido para atingir o seu objetivo e um pleno desenvolvimento.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, congratula-se com a população de Guaratuba, principalmente com aqueles que acreditam que é com muito trabalho e dedicação que se obtém segurança e se escreve o futuro.

REQUERIMENTO Nº 993

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Revista Eco dos Campos, pelo lançamento de seu primeiro exemplar.

Esta revista reúne em um mesmo produto assuntos diversos e de interesse de todos. Abrange vários setores da sociedade, com matérias analíticas e críticas, pautada em fatos e acontecimentos de Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos funcionários e diretores da Revista Eco dos Campos, em nome de Silvana Fontana, Editora e Jornalista responsável, na Praça Manoel Ribas, 19 - Castro.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 995

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da presente Sessão Ordinária pela passagem do Dia do Índio, comemorada em 19 de abril, um voto de congratulações.

Requer ainda, seja dada ciência às Comunidades Indígenas do Paraná, na pessoa do doutor Battisteli, assessor especial para assuntos indígenas do Estado do Paraná, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Desembargador Motta, 3377, nesta capital.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao jornalista Alcy Ramalho Filho, pela posse como novo vice-presidente executivo do Sindejor-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao jornalista Alcy Ramalho Filho, a ser encaminhado à Rua Machado de Assis, 462 - Juvevê - CEP 80030-370 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de congratulações ao jornal O Informante, da cidade de Matelândia, e cumprimentos aos diretores Ademar e Aldori Reginato, bem como ao repórter César Berger e toda a equipe de profissionais que integram o seu quadro, pelo seu 3º ano de fundação.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 23 de abril do corrente, o jornal O Informante, da cidade de Matelândia, completa três anos de fundação, e sabedores da importância desse órgão de divulgação para a região oeste e sudoeste do Estado, noticiando e veiculando informações de relevância aos seus fiéis leitores, que ainda jovem na área de comunicação tem se destacado no segmento, contribuindo para o desenvolvimento e progresso, registrando em suas páginas os fatos que fazem a história.

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Universidade Federal do Paraná - UFPR, alusivos a publicação do exemplar com a prestação de contas de 32 meses de gestão - Abril/98 - Dezembro/2000.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao reitor professor doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada a Rua XV de Novembro, 1299, CEP 80060-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos

Municípios do Paraná - AMP, alusivos a posse da nova diretoria para o biênio 2001/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Joarez Lima Henrichs, através de correspondência a ser encaminhada a Praça Osório, 400, CEP 80020-917, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, o envio de, voto de congratulações, ao município de São José das Palmeiras pela comemoração de seus 16 anos da administração política e administrativa.

O município de São José das Palmeiras está localizado no Oeste do Paraná e é um orgulho para nós poder-mos prestigiar o povo hospitaleiro e trabalhador, que acolhe a todos com amizade e quem a visita não esquece, pois se sente em casa. Trabalhando incansavelmente no presente para construir o futuro, a população não esquece as lições do passado, de força e coragem, sabendo que a recompensa do esforço é o alcançar dos objetivos.

Parabéns São José das Palmeiras. Parabéns a sua população. receba o município, através de seu prefeito José Néri das Chagas os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, presidente e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração dos Combustíveis e Sonegação de Impostos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de agradecimentos, às pessoas que colaboraram para o êxito dos trabalhos da referida Comissão, conforme relação que se segue: Ministério Público: Rosane Citi, Ralph Luiz Vidal dos Santos; Procon: Tércio Alves de Albuquerque, Rosângela Guedes; Tecpar: Denise Nakamura, Ladislau Nelson, Celso Kloss; Secretaria da Fazenda/CRE: João Manoel Delgado Lucena, Paulo Yamamoto, Cesar Flessak, Carlos Emil Kahari; Ipem: David Baggio, Ivo Ribeiro; Delegacia do Estelionato, Armando Marques Garcia; Delegado: Jairo Amadio Estorílio; Assembléia Legislativa, Ana Andretta.

Os prêmios dessas pessoas deverão ser reconhecidos como relevantes serviços públicos, pois tornaram possíveis as identificações das irregularidades que justificaram a criação da respectiva Comissão.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TONY GARCIA - Relator

REQUERIMENTO Nº 992

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao doutor José Tavares da Silva Neto, Secretário de Estado da Segurança Pública, anexando cópia do Ofício nº 0346/2001/CM, do Excelentíssimo senhor vereador Ademir Flor da Silva, presidente da Câmara Municipal de Goioerê.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao senhor prefeito, vice-prefeito e vereadores do município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo senhor vereador Ademir Flor da Silva, presidente da Câmara Municipal de Goioerê, em expediente anexo, e através do Requerimento nº 0237/2001, aprovado em Sessão Ordinária realizada em 09.04, solicita a liberação de 04 (quatro) viaturas novas e bem equipadas, com possível urgência, sendo duas para a Polícia Militar e duas para a Polícia Civil do referido município para o melhor desempenho dos trabalhos de segurança e proteção da comunidade daquela região.

REQUERIMENTO Nº 994

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando mais uma vez, providências quanto a falta de combustível e materiais de primeira necessidade para a Polícia Militar e Civil de Ponta Grossa.

A redução de 30% da cota de combustível imposta pela Secretaria de Segurança Pública, à 13ª SDP tem prejudicado as investigações dos crimes contra a vida e o patrimônio, além do programa de combate à violência urbana e rural.

A operacionalidade foi sensivelmente afetada pois o raio de cobertura da Polícia diminuiu. O índice de soluções de casos despencou cerca de 40%, em relação ao ano passado, o número de ocorrências cresceu entre 13 a 15%. Em abril de 2000 cada viatura tinha direito a 600 litros de combustível por mês. Em dezembro o limite caiu para 400 e no início deste ano a Delegacia recebeu instruções do Grupo Auxiliar de Planejamento para não ultrapassar os 280. Comeste limite cada viatura pode gastar diariamente 09 litros. A Prefeitura Municipal está fornecendo combustível para manter a frota circulando.

A Delegacia de Ponta Grossa conta ainda com o auxílio do comércio e empresas, na doação de papel sulfite e cartuchos para impressoras. Os coletes à prova de bala estão vencidos e precisam ser renovados.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1000

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica no município de Mariluz, no trecho que liga a Sede do município ao distrito de São Luiz.

A conclusão do asfalto no trecho mencionado é de suma importância para o município, visto que o distrito de São Luiz tem um número muito grande de habitantes os quais utilizam diariamente esta estrada.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Benedito Oscar dos Santos, prefeito interino (Avenida Marília, 1920) e ao vereador José Roberto de Souza, presidente da Câmara Municipal (Avenida Marília, 1790) - CEP 87470-000.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1001

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo senhor Paulinho Dalmaz, diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, solicitando a continuidade das obras de pavimentação asfáltica no município de Umuarama, no trecho que liga o distrito de Serra dos Dourados ao distrito de Carboneira/Vila União.

A conclusão do asfalto no trecho mencionado é uma obra de relevante importância para a comunidade, uma vez que liga os municípios de Umuarama e Maria Helena através desses dois distritos.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao senhor Fernando Scanavaca, prefeito municipal (Avenida Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130) e ao vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, presidente da Câmara Municipal (Avenida Maringá, 4863) - CEP 87502-080.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estados dos Transportes, solicitando que interceda junto à Rodovia das Cataratas no sentido de que a duplicação da BR 277, nos quilômetros 633 a 642, de Cascavel a Foz do Iguaçu, seja realizada no lado esquerdo margeando o Parque Nacional do Iguaçu dentro da faixa de domínio do DNER.

A apresentação deste requerimento visa atender ao pleito da Prefeitura Municipal de Céu Azul, cujo prefeito, Jaime Luis Basso, após receber o EIA - Rima (estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental), ficou preocupado em virtude do traçado inicial prever a duplicação no lado direito, ou seja, afetando o perímetro urbano onde se encontra a principal avenida da cidade (Avenida Nilo Bazzo e calçadão) com uma série de pontos comerciais (sorveteria, lanchonetes, restaurantes, lojas, postos de gasolina, oficinas) e a própria segurança dos municípios que ali residem ou transitam diariamente.

Neste sentido, é imprescindível que o governo do Paraná interceda, através da Secretaria de Estado dos Transportes, para que a Rodovia das Cataratas providencie alterações no traçado do trecho acima especificado, não vindo a prejudicar tão drasticamente o perfil sócio-econômico do município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, desembargador Vicente Troiano Neto, sugerindo à Comissão de Organização e Divisão Judiciária daquele Egrégio Tribunal, que faça constar no Anteprojeto de Lei de Restauração do Poder Judiciário, a criação de uma Vara Cível, uma Vara Criminal e uma Vara de Família, Infância e Juventude na Comarca de Almirante Tamandaré, Paraná.

Requer, ainda, seja encaminhado, com urgência, o respectivo anteprojeto à Assembléia Legislativa para deliberação, pela necessidade de melhorias na estruturação do judiciário paranaense.

Requer, ainda, encaminhado, com urgência, o respectivo anteprojeto à Assembléia Legislativa para deliberação, pela necessidade de melhorias na estruturação do judiciário paranaense.

Justifica-se tal solicitação, para atender a comarca de Almirante Tamandaré, que tem jurisdição nos municípios de Almirante Tamandaré e Campo Magro, atualmente com aproximadamente 110.000 habitantes (IBGE 2000), e por se tratar de Vara Única, necessita com urgência da criação de uma Vara Cível, uma Vara Criminal e ainda a Vara de Família, Infância e Juventude, criando assim melhores condições no atendimento judicial à população dos respectivos municípios.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das sessões, em 18.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Luciana Rafagnin e Eli Ghellere.

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente a Secretaria de estado da Educação senhora Alcyone Saliba, solicitando providências em caráter urgente urgentíssimo quanto a construção de um laboratório e uma biblioteca na Escola Estadual Pedro Américo, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

É de máxima urgência a construção de um laboratório e de uma biblioteca na escola Estadual Pedro Américo, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR.

Esta solicitação é mediante ao fato de que a escola necessita destas obras para que seja reconhecido o ensino médio (2º Grau).

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de sua atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor Secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus, solicitando a sinalização da BR-373 (trecho que liga BR-277 - Trevo de Três Pinheiros - a BR- 158 Coronel Vivida) e BR-158 (trecho que liga PR-562 - Coronel Vivida a PR-469 - Pato Branco).

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a solicitação, tendo em vista que as Rodovias BR-373 e BR-158, nos trechos especificados, são principais vias de acesso entre a região Sudoeste e a Capital do Estado, e não estão adequadamente sinalizadas, o que vem dificultando gravemente o tráfego de veículos principalmente a noite.

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão Especial de Investigação da Sanepar, dentro das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Jaime Lerner, Excelentíssimo governador do Estado, solicitando as seguintes informações ao senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar:

I - cópia das licitações das obras do Paranasan, incluindo as empresas ganhadoras da execução das obras e que participam de cada licitação e as respectivas propostas; cópia dos contratos e seus respectivos aditivos;

II - cópia da ordem de Serviço e atestado técnico da conclusão parcial ou total das obras do Paranasan;

III - informações sobre os pagamentos já feitos pela Sanepar com comprovantes de datas, desde o início do programa Paranasan, com relação dos serviços de água e esgoto;

IV - informações sobre os nomes das empresas que participaram e venceram das licitações das obras de recursos próprios da Sanepar ou do Paraná Urbano ou outros recursos;

V - informações do valor de cada licitação e volume de obras e recursos, já pagos ou a pagar;

VI - informações do investimento do equilíbrio do aquífero CAST de Colombo, o custo, a origem dos recursos e propósito do investimento;

VII - informações sobre o valor total já pago dos últimos 3 anos, através da Sanepar, das despesas de publicidade, rádio, jornais, televisão e institutos de pesquisas;

VIII - cópia do balancete financeiro e contábil dos últimos 3 (três) anos da Sanepar e dos diversos programas, como o Paranasan, Paraná Urbano e recursos próprios da empresa e outros;

IX - relação de ordem de serviços e de pagamentos feitos pela Sanepar, dos últimos 3 (três) anos;

X - informações sobre o percentual de contas da empresa vendidas a grupo estrangeiros;

XI - informações sobre o compromisso que a empresa detém com a folha de pagamento, incluindo vantagens adicionais com diretores e funcionários;

XII - informações sobre o valor de custeio da empresa e o valor de investimentos que ela possui para obra sociais.

Solicitamos, também, que sejam convidados diretores da Sanepar, quando se fizer necessário, par dar melhores esclarecimentos à esta Comissão Especial de Investigação.

Solicitamos, ainda, que para o bom andamento dos trabalhos e para que a comissão possa alcançar os fins para o qual foi criada, que as solicitações requeridas sejam atendidas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, requer ainda, que seja informada quais as empresas que atuam nos trabalhos de medição (hidrometros) como também o custo destes serviços e empresas que participaram da licitação.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) BERALDIN

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Edson Strapasson, Geraldo Cartário e Ricardo Chab.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 136/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Estadual de saúde, a priorizar, em suas

licitações, a compra de medicamentos genéricos, seus equivalentes e substâncias ativas.

Parágrafo Único - O medicamento genérico terá preferência sobre os demais, em condições de igualdade e preço.

Art. 2º - Os médicos da rede estadual deverão receitar, prioritariamente, medicamentos genéricos.

Parágrafo Único - O não atendimento ao disposto ao *caput* deste artigo, sujeitará o profissional à responsabilidade funcional, a ser apurada pela autoridade competente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visar autorizar o Poder Executivo a priorizar a aquisição de remédios genéricos pela Rede Estadual de Saúde, e aos médicos recomenda-se que, ao receitarem medicamentos aos pacientes, devem receitar prioritariamente através do seu nome genérico.

O que se pretende com este projeto de lei autorizatório, é priorizar a compra de medicamentos genéricos pelo governo do Estado em suas licitações, pois como o medicamento genérico possui o mesmo princípio e substâncias ativas, não trará nenhum dano ao tratamento dos pacientes. Comprovado mundialmente a aquisição de medicamentos é que causa maior dispêndio financeiro, o genérico tendo um preço abaixo no mercado de medicamentos, virá acarretar sobremaneira uma economia aos cofres públicos na área da saúde do Paraná.

Salientamos ainda, que com um preço menor, o medicamento genérico poderá ser comprado pela rede pública de saúde, em um volume maior, conseqüentemente poderá atender uma parcela significativa de nossos irmãos paranaenses que procuram os postos de atendimento para tratamento de saúde.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 137/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Enquanto pendente apreciação técnica de contas das municipalidades pelo Tribunal de Contas do Estado, certidões a elas relativas, emitidas por órgãos de controle, não impedirão a liberação de transferências de recursos por parte de órgãos estaduais aos municípios, salvo nos casos em que o Tribunal de Contas atestar haver fundados indícios de irregularidades, ou de não

apresentação ou de apresentação incompleta de documentos.

Art. 2º - O não cumprimento dos prazos previstos no art. 75, incisos I e V da Constituição Estadual deverá ser justificado perante a Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição guarda perfeita compatibilidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais regentes da matéria. Teve-se extremo cuidado, neste aspecto, ao montá-la.

A evolução democrática do País exige que órgãos encarregados de fiscalizar o cumprimento de leis observem-nas com rigor. Se não o fizerem com que autoridade irão cumprir sua missão? Órgãos de controle não podem estar acima do bem e do mal, hão de ter também alguma espécie de controle. Daí a necessidade de que as normas regentes de suas atividades estabeleçam limites à discricionariedade. Caminha-se para se consolidar no País, inclusive, o controle dos atos administrativos do judiciário.

Os tribunais de contas fiscalizam Estados e municípios??? E quem fiscaliza o Tribunal de Contas?

Por imperativo jurídico - basta examinar-se a Constituição - é a Assembléia Legislativa. Os artigos 74 e 75 não deixam dúvidas neste sentido, particularmente o § 4º deste, cuja redação segue:

“§ 4º - O Tribunal de Contas encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentares terão conhecimento.”

Poder-se-ia indagar se, a rigor, o Tribunal de Contas vem cumprindo o disposto nesse § 4º (???). Ou seja, poder-se-ia indagar e em cumprimento desse mandamento constitucional - vem o Tribunal enviando a Assembléia Legislativa tais relatórios circunstanciados - claros, objetivos e transparentes - de suas atividades????

A função dos Tribunais de Contas tem previsão na Constituição Federal (artigos 70-75) e na Constituição Estadual (artigos 74-77) vinculando-os, na condição de órgãos **auxiliares** do Legislativo da União (Congresso Nacional) e dos Estados (Assembléias Legislativas).

Enfatize-se que a Constituição Estadual (artigos 74 e 75, *caput*) - em perfeita consonância com a Carta Federal - deixa claro que a titularidade da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e da administração direta e indireta do Estado e da Assembléia Legislativa que exercerá tais funções “com o **auxílio** do Tribunal de Contas do Estado.”

Não se diga também que o projeto tem a pretensão de dificultar o exame das contas municipais, pois, a “reserva” é justamente para o que Tribunal de Contas tenha tempo suficiente para aprofundar auditoriais em contas

em que haja fundamentados indícios de irregularidades ou nos casos em que lhe sejam apresentadas documentação incompleta.

Não se pode dizer também que o projeto, na redação que conflita com o artigo 25 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pois a ressalva - na parte final do dispositivo proposto - guarda perfeita compatibilidade com o citado dispositivo da LRF, pois é evidente que a inobservância das condições previstas no artigo 25 da LRF corresponde a "indícios de ou a irregularidades..." a que se refere a ressalva do inciso V da redação proposta. Portanto, há perfeita compatibilidade.

Não se estranhe a redação do § 2º, pois já dispõe a Constituição Estadual no seu artigo 75:

"§ 4º - O Tribunal de Contas do Estado encaminhará à Assembléia Legislativa, trimestralmente e anualmente, o relatório de suas atividades, e desse todos os parlamentares terão conhecimento."

A Assembléia Legislativa, historicamente, não tem cumprido sua função de editar leis ordinárias explicitadoras do conteúdo da Seção VII do Capítulo I da Constituição Estadual (Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária - artigos 74-76). Este projeto, neste aspecto tem caráter emblemático na medida em que representa um passo no sentido desta Casa retomar sua função básica que é a nobre missão de legislar - no caso, com função explicitadora ou regulamentadora do conteúdo da Carta Estadual, cabendo ao Tribunal de Contas o Poder regulamentador, no que pertine, editando normas regulamentares que, obviamente não extrapolem o conteúdo da legislação constitucional e infraconstitucional regente da matéria.

Já se tornou comum reclamações de prefeitos quanto ao atraso tanto na fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Município quanto na apreciação de contas destes - e conseqüente emissão de certidões liberatórias ou negativas por parte do Tribunal de Contas, o que causa transtornos às administrações municipais, notadamente no que pertine a liberação de transferências de recursos e a contratação de operações de crédito.

PROJETO DE LEI Nº 138/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Creche Comunitária Casa da Criança São José, com sede e foro no município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.2001

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Creche Comunitária Casa da Criança São José, constitui uma entidade filantrópica sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida creche foi constituída através do programa Vale Creche no ano de 1992 e tem por objetivo atender crianças entre 03 meses a 6 anos, de famílias de baixa renda através da promoção humana, pedagógica, puericultura e acompanhamento de saúde.

Tem como principais atividades realização de reuniões com pais e com a comunidade em geral, passeios em bosques e em núcleos regionais, eventos como festas comemorativas, trabalhos de elevado teor social com estagiários e parcerias e atividades específicas em sala com Berçário, Maternal I, Maternal II, Jardim e Pré com um cronograma de atividades aplicados às crianças.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 139/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede e foro no município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, com sede na Avenida General Osório, 214, Bairro Congo, município de Francisco Beltrão, PR, com CGC 77814978/0001-11, constituído para fins de defesa e representação da categoria profissional, trabalhadores rurais assalariados, visa assegurar melhorias nas condições de vida e trabalho de representados, projeto Vida na Roça, trabalho com jovens, participação nos conselhos, fóruns regionais, relação e participação no Pronaf, via Banco do Brasil e Cresol, trabalho interno, INSS, trabalho com artesanato (cooperativa) e agricultura familiar no município.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao senhor deputado Ângelo Vanhoni, no Pequeno Expediente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados, eu acho que hoje a Nação, que todos os brasileiros estão se perguntando, uma frase que faz parte da letra de uma música de um compositor brasileiro, "Que País é este?"

Assistimos estarelecidos a cada dia as notícias que vêm de Brasília e de várias partes do nosso País. O presidente do Congresso Nacional o senador Jader Barbalho envolvido em denúncias gravíssimas de desvio de recursos, de verbas, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam.

Segundo o relato dos interventores, o desvio de verba de 1995 até agora ultrapassa um bilhão e oitocentos milhões de reais. A Justiça Federal de Tocantins e do Pará determinou a prisão de 28 pessoas envolvidas nas fraudes e nos escândalos da Sudam.

A revelação trazida pela revista Veja, pela Folha de São Paulo, confirmada pela Justiça e pelos inquéritos, dão conta de que o presidente do Senado Federal tem uma sociedade, através da sua esposa, com um senhor chamado José Carlos Gomes, que é acusado de remessa ilegal de desvio de 130 milhões de reais para paraísos fiscais, de dinheiro do nosso País.

Ontem mais um fato desta triste novela que o Brasil assiste todos os dias às 8 horas da noite nos jornais nacionais de todas as emissoras, trouxe mais um integrante que preocupa toda a Nação: A perícia técnica da Unicamp comprovou que o placar de votação do Congresso Nacional, sistema de computador, segundo os analistas, e segundo o próprio Prodasem, sem nenhuma condição de ser violado. No entanto a perícia técnica da Unicamp comprovou há questão de trinta dias atrás, que haveriam possibilidades de 18 tipos de violação nos programas de computadores do Senado Federal. E na Sexta-feira Santa o laudo da perícia técnica comprovou a alteração dos programas, quando da votação da cassação do senador Luiz Estevão. O requisito da perícia chega a tal ponto de confirmar que a adulteração do programa de computação apenas permitiu saber quem votou em quem. Quer dizer, quem votou a favor e quem votou contra. Mas a adulteração poderia ser feita no sentido até de modificação dos votos, caso a opção fosse essa. O relatório deve ser publicado hoje para toda a imprensa nacional.

O senador, líder do Governo do senhor Fernando Henrique Cardoso, está presente neste escândalo como um dos responsáveis pelo pedido de adulteração do placar do Senado, da votação secreta do Senado Federal.

É estarelecido, cada vez que “abrimos” a televisão, seja da televisão dos canais pagos, seja da televisão aberta, as notícias que todos os dias percorrem todo o Brasil com os escândalos de corrupção que assistimos nas instituições brasileiras.

Digo isso, porque alguma coisa no Brasil está mudando, está mudando não apenas pelo humor da classe política em fornecer denúncias e acusações, sejam verdadeiras ou não, contra este ou aquele parlamentar envolvido nas “pendengas” do Senado Federal. Mas, o que há de novo, não é a corregedoria do senhor Fernando Henrique Cardoso, que num ato de tentar “limpar” a imagem de corrupção que paira sobre o seu governo, tenta iludir a opinião pública com a criação de um Ministério ou de um

Tribunal de Contas que vai investigar as suas próprias contas.

Não, o fato novo não é esse, o fato novo é do Ministério Público Federal e da Justiça Federal. Uma juíza de Tocantins, nos confins do Brasil, e um promotor público federal, também de lá dos confins do Brasil, primeiro o promotor público tem a coragem de levar a investigação até o fim e segundo, de solicitar a prisão preventiva, temporária, dos acusados. E a juíza, cumprindo com o seu dever constitucional, com a sua consciência, a coragem de expedir as autorizações para que as pessoas sejam presas e sejam apuradas as responsabilidades.

Mas, fico pensando, será que isso acontece no Amazonas? Lá no Acre? Lá no Tocantins? Lá no Pará? Ou será que aquela ameaça velada, feita pelo senador Jader Barbalho, quando na tentativa de justificar o injustificável, afirmou que a corrupção e os casos da Sudam não tinham o endereço da Rua Amazonino Mendes ou Bezerra de Menezes, lá em Belém do Pará, mas era nas cercanias da Avenida Paulista, lá de São Paulo? Será que a corrupção da Sudam ou esses atos estão apenas em São Paulo? Fico pensando a respeito do nosso Estado do Paraná, e penso a respeito de um caso - não precisamos falar de nenhum outro caso - mas no caso do Banco do Estado do Paraná.

O Banco do Estado do Paraná, tem uma série de denúncias, comprovadas, de irregularidades nestes Banco. Mas não vamos nos ater a todas, vamos pegar uma denúncia, a denúncia a respeito da Banestado Leasing, o Ministério Público do Estado do Paraná tem toda a documentação, tem todos os indícios de fraude, tem todas as notas frias, tem todos os endereços fantasmas, as empresas “laranjas”, tal e qual essas empresas que alguns empresários buscaram dinheiro público na Sudam, não construíram os galpões e acabaram desviando o dinheiro para o exterior? No caso da Banestado Leasing a soma chegou a 370 milhões, apurados pelo Ministério Público e pela própria auditoria do Banco do Estado.

Eu me pergunto, será que o Ministério Público do Estado do Paraná está procedendo a continuidade dessas investigações? Não tem nenhum funcionário do Banco envolvido em nenhuma? Não tem nenhum empresário daqui do Paraná e de Sergipe, envolvido em nenhuma irregularidade? Não tem nenhum diretor do Banco do Estado envolvido em nenhuma irregularidade? É de se estranhar o comportamento, até agora, deste processo de investigação do Banco do Estado do Paraná. Por que suspeitas em relação ao caso da Sudam e alguns documentos que têm indícios de problemas, é verdade que o Ministério Público Federal tem.

Mas, o que eu gostaria de propor é que a Assembleia Legislativa entrasse em contato com o Ministério Público e que se o Ministério Público do Paraná não tem condições de continuar as investigações, que as remetesse para a Justiça e o Ministério Público Federal. Porque me

parece que esta instituição tem um poder, uma agilidade maior para prosseguir nas investigações necessárias.

Digo isto porque hoje o Banco do Estado do Paraná está envolvido numa negociação federal, porque se trata de dinheiro público federal, que foi fruto de sua privatização e todos os paranaenses são obrigados a pagar 30 milhões por mês, mais de 360 milhões por ano, em função dos problemas que aconteceram no Banco do Estado do Paraná.

Mas, o que me traz a esta tribuna é mais uma vez relativo a uma figura do nosso País. O presidente Fernando Henrique Cardoso, deu entrevista numa rádio aqui da Capital do Estado, por um radialista que é deputado estadual, Luiz Carlos Martins. Li a transcrição da fita da gravação da entrevista. Estranhei que em algum jornal do Estado do Paraná saiu uma manchete que o Fernando Henrique Cardoso teria dito o seguinte: "FHC acha, apóia e diz que o Paraná, se privatizar a Copel, é um bom momento". Isto era manchete. Como se o presidente Fernando Henrique Cardoso viesse lá de Brasília, através da rádio do Luiz Carlos Martins, dizer para o povo do Paraná que o governador Jaime Lerner estava fazendo o correto, e aquela opinião era a do presidente, também, que deveria privatizar a Copel.

Não sei como isto pôde aparecer na manchete de um jornal, que é o jornal Gazeta do Povo. Li a transcrição da fita e não tem esta afirmação do presidente. E olha que o presidente, indevidamente talvez, se envolvendo num debate de uma unidade da Federação, mas que pese isto, o presidente poderia ter o direito de fazer esta afirmação, se assim o quisesse. Seria um problema político, apenas. Não sei se ele tem esta convicção ou não tem. Ele tem uma convicção privatista, nós sabemos disto, mas lendo a entrevista eu vejo que Fernando Henrique Cardoso não disse isto. E em todos os jornais do Estado do Paraná, esta afirmação atribuída à fala do presidente não aparece.

Estranho que o jornal de maior envergadura política, de representatividade, o jornal mais lido da Capital do Estado, que tem a maior tiragem, tenha saído uma notícia deste porte, com este matiz. Não sei se a Assembleia Legislativa, principalmente nós, deputados da Oposição, que estamos criando um debate na opinião pública paranaense a respeito de emergência, da necessidade ou das alternativas do governo em privatizar ou não a Copel, se nós devêssemos talvez nos dirigirmos à redação da Gazeta do Povo e tentarmos uma conversa, para descobrirmos o que está acontecendo, o que aconteceu, porque não reproduz a verdade do pensamento do presidente, aquela frase, de certa maneira, prejudica de maneira, não diria leviana, mas prejudica o bom debate que a sociedade paranaense está fazendo a respeito do processo de privatização ou não da Copel.

E é com este objetivo que eu trago, também para enriquecer este debate, na Folha de São Paulo de segunda-feira, 16 de abril, o senhor ex-ministro Bresser Pereira, que foi o ministro do primeiro governo do senhor Fernando Henrique Cardoso, tido como um dos ideólo-

gos do alto "tucanato", no cenário federal. Então, quando se reúne o alto "tucanato": José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, aqui do nosso Sudoeste, que faz parte desta linhagem, desta plumagem requintada do cenário político brasileiro, quando se reúnem, o Bresser Pereira está para discutir, o programa de governo para o Brasil, que o PSDB tem a defender.

Interessante esse debate. Numa determinada altura da entrevista, a Folha pergunta: "Sempre fui um defensor da privatização. Agora, estou contra a privatização das empresas hidrelétricas de produção.

A Folha pergunta: "Por quê?" "Sou contra a privatização de Furnas e da Copel. E acho, que vamos ter um problema sério nas privatizações que já ocorreram". A Folha pergunta: "No setor elétrico".

Bresser responde: "Sou 100% a favor de todas as outras, mas no setor elétrico, não se trata apenas de um monopólio natural. O problema é que no Centro-Sul, a capacidade de produção de energia esgotou-se, de forma, que a produção adicional terá de vir de termoelétricas, elas têm um custo de produção substancialmente mais caro, e o preço das tarifas nacionais, vai ser determinado por elas, pelas termoelétricas. Quando o preço subir, vai haver um lucro monumental por parte das empresas hidrelétricas. Em linguagem econômica isso se chama: "renda monopolista". Essa renda só pode ficar com o Estado, não pode ser entregue ao setor privado. Tem de ficar com o Estado, até para poder subsidiar a transição para os preços mais altos. Não faz sentido que os que compraram a Cesp, de repente, terem lucros monumentais, porque os preços tiveram que ser aumentados. E ninguém vai me dizer que no preço da privatização da Cesp, já estava incorporado este autolucro."

Vejam bem, às vezes nós, deputados, que não somos engenheiros, não estamos à frente de uma companhia de energia elétrica, não temos os dados técnicos, não temos uma especialização no tema, muitas vezes quando nós argumentamos, desenvolvemos alguma linha de argumentação, em função dos estudos que fizemos, quando aparece um homem, como Ingo Hübner, que é presidente da Copel, secretário das Finanças, é engenheiro, lida com essa matéria, vem à Assembleia Legislativa e diz que no Paraná é possível dobrar o percentual de energia elétrica no nosso Estado, que nós vamos ter ainda a possibilidade de construção de não sei quanto de energia elétrica, que nós não vamos poder competir...

E nós desenvolvemos a linha da estratégia da hidrelétrica, sem muita firmeza, porque às vezes nos falta um pouco de argumentação. Mas, vamos parar um pouco para pensar. O Pinguelli Rosa, que é conhecido, é físico, professor, está debatendo com todo o setor elétrico do Brasil, e está dizendo a mesma coisa.

O governo brasileiro, a Aneel está começando a dizer a mesma coisa, que tem que suspender.

O pessoal está dizendo lá em Brasília, que não deve privatizar Furnas, nem a Cesp.

O governador de Minas, vem aqui, e diz que não vai privatizar a Cemig. Agora, o Bresser Pereira, vem numa entrevista da Folha de São Paulo, e diz o seguinte: “Não pode privatizar as hidrelétricas, o setor de geração, isso é um crime, um erro estratégico, não pode fazer isso. E está tudo sucateado, não tem mais demanda, vai ter termelétricas só para construir”.

Depois, o Fernando Henrique Cardoso, vem aqui na rádio do Luiz Carlos Martins e diz o seguinte: “O governador não é obrigado a privatizar. Privatiza se quiser. Isso é um problema do Estado do Paraná. “Quer dizer, desmonta uma linha de argumentação, e nós ficamos pensando: O que é que tem de errado nisso? Só resta uma essência da argumentação do governo que é resolver o problema de caixa, o rombo, pagar os funcionários, mas para isso nós temos alternativas.

O governo do Estado do Paraná pode tranquilamente abater dos lucros que vai ter daqui para frente, nos próximos dez anos, e capitalizar o fundo com perto de um bilhão e meio, agora neste ano ainda resolvendo o problema da folha de pagamento, deliberando dinheiro para investimentos no ano que vem. Isso é possível fazer.

O governo brasileiro pode ir no BNDS, deputado Cezar Silvestri e pedir ao BNDS o empréstimo especial dando como contrapartida, (fez isso com as ações da Copel, em caução), a parte do governo na lucratividade da Copel.

Hoje a média é de cento e quarenta milhões/ano.

Nós podemos pegar um empréstimo no BNDE para ser pago em 10 anos de 1 bilhão e meio, sem a correção, e o governo, com o lucro atual, com essa média atual de cento e quarenta milhões, sem mexer no dinheiro da Copel.

À Copel lhe resta ainda trezentos milhões. Com esse 1 bilhão e meio, capitalizamos um fundo, que fica com perto de 2 bilhões e meio.

O governo libera a folha de pagamento, para poder fazer isso que tem dito para os deputados, que é: construir pontes, construir escolas, pagar os convênios dos prefeitos, pagar o salário dos aposentados, resolve-se os problemas financeiros e nós ficamos com um patrimônio, que nós sabemos.

Está aqui hoje, uma pessoa que nós sabemos, que temos tudo para acreditar, que é o senhor Bresser Pereira, e parece-me que conhece o setor elétrico, que o lucro das empresas hidrelétricas no Brasil, nos próximos 5, 10 anos, será monumental. Fundamentalmente aqueles que tiverem a origem da energia elétrica, com base na água, com base nas hidrelétricas.

Se a Copel dá um lucro hoje de quinhentos e quarenta milhões/ano, a tendência nos próximos 3, 4 anos, é de que esse lucro pule para 1 bilhão, e que pule para 1 bilhão e meio. Então me pergunto: Por que é que nós, o povo do Paraná, do ponto de vista do desenvolvimento industrial, do desenvolvimento econômico, de políticas sociais, de resolver os problemas estruturais do Estado, da sua situação emergencial financeira, porque é que nós

vamos insistir na tese nesta única tese que não resiste à linha de argumentação do governador Jaime Lerner, e do presidente da Copel, senhor Ingo Hübert?

É necessário que possamos reabrir esse debate com os deputados que estão ainda pensando que a melhor condição, para resolver esse problema é a privatização da Copel.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência lembra e com certeza todos os deputados que estão presentes lembram, que o presidente da Copel falava, se não me engano, um ditado diz: “A verdade não tem pressa”, dito por ele. E na verdade, essa afirmativa dele está se comprovando que é verdadeira.

Em poucos dias todas as afirmações, praticamente todas que o senhor Ingo fez nesta Casa, estão sendo desmentidas.

Primeiro, ele não queria admitir em hipótese nenhuma, li as notas taquigráficas, em todas as suas afirmativas ele dizia que a venda da Copel não estava sendo feita por uma questão de governabilidade. Apesar do apelo de alguns deputados, inclusive do ex-líder do governo nesta Casa, deputado Valdir Rossoni, que insistia veementemente para que o senhor Ingo Hübert afirmasse que era uma questão de governabilidade. E dizer que não era.

Ele afirmou que a venda da Copel era porque a Copel deixaria de ser competitiva dentro de 3 anos, no máximo.

Essa afirmativa ele já havia feito em 98, Vossa Excelência lembra, inclusive nesta Casa, ele disse em 98 que a Copel, dentro de 3 anos não seria competitiva. E nós estamos no de 2001, e 3 anos se passaram e a Copel teve um dos maiores lucros de sua história, apesar de ter pago noventa e poucos milhões para a CR Almeida, de ter comprado títulos, que foram discutidos aqui nesta Casa, no valor de vinte e poucos milhões, assim mesmo deu um lucro de 430 milhões.

Vendo agora o seu pronunciamento e a entrevista do ex-ministro Bresser Pereira, demonstra claramente que ele está totalmente errado e faz com que todos nós tenhamos o direito de fazer previsões.

Ele está fazendo previsões há muito tempo e errando nas suas previsões.

É claro que o Bresser Pereira está correto na sua avaliação e os números estão demonstrando isso.

Hoje, no Bom Dia Brasil, víamos o ministro das Minas e Energia falar no aumento das tarifas de energia elétrica em torno de 30% já para este ano, para tentar segurar o consumo. Lógico, se aumenta 30%, aumenta muito a lucratividade das empresas.

Então, acredito que a Copel, realmente, dentro de três anos, não terá o lucro de um bilhão, não, talvez tenha lucro de dois bilhões até, porque estamos falando em

reais e estamos aí já antevendo uma desvalorização crescente do real nos próximos meses. O que temos - e fica claro - é que o governo, o presidente da Copel, o próprio governador, não está querendo enxergar, há uma obsessão na venda da Copel. A impressão que fica para nós, lamentavelmente, é que parece que a Copel até já foi vendida. Nenhum argumento técnico, político, que você tenta levar ao senhor Ingo e ao próprio governador é levado em consideração.

Ora, algumas pessoas do governo defendem a venda da Copel dizendo o seguinte: se o governador Jaime Lerner não vender, o próximo governador venderá. Este não é argumento que satisfaz a nós, deputados, e tenho certeza absoluta que não satisfaz a sociedade paranaense. A cada dia os argumentos do senhor Ingo serão desmentidos, não por nós nesta Casa, mas por técnicos da área, ex-ministros, e tenho certeza absoluta que com o passar dos dias, antes ainda do recesso de julho, todas as argumentações feitas pelo senhor Ingo serão desmentidas no Brasil, todas elas, sem exceção, nos próximos noventa dias, porque o problema de energia é gravíssimo. Vossa Excelência esqueceu de citar os problemas que estão acontecendo nas privatizações, não só no Brasil; em outros países já ficou comprovado que a privatização do setor energético vai contra os interesses da população. Isto já está comprovado e tenho certeza absoluta que a esta conclusão todos nós chegaremos, independente de Partido político, nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência tem mais um minuto, deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Só para concluir, senhor presidente, senhores deputados, para dizer que somos hoje em 23 deputados que pelo menos construíram ao longo deste processo, uma convicção que há outras alternativas para os problemas financeiros de caixa de governo e que é muito melhor para o Estado do Paraná manter a Copel do que vendê-la neste momento.

Somos em 23 deputados e vamos abrir um debate na sociedade paranaense de uma forma mais intensa a partir deste mês a respeito deste problema e esperamos que os deputados que tenham alguma dúvida, como os deputados Ribas Carli, Tiago Amorim, Moysés Leônidas, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Accorsi, vários deputados que no início estavam com dúvidas e não votaram conosco no requerimento que foi apresentado, que estes deputados repensem, vamos fazer um esforço nestes próximos dois, três meses, um esforço público, intensificando uma campanha. Esperamos que todos os deputados possam convencer o governo, não apenas estes que citei, cito estes porque eram companheiros que de alguma forma estavam juntos no processo de luta contra a privatização da Copel, que hoje me parece que têm alguma dúvida a respeito, se será bom vender ou não será bom vender; e para que possamos não permitir que o governo

do Estado cometa um erro gravíssimo em relação à política energética no nosso Estado para os próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Algaci Tulio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Estivemos hoje pela manhã visitando o complexo penitenciário em Piraquara, a convite dos agentes penitenciários, a convite do Sindicato dos Agentes Penitenciários, para que pudéssemos observar e tomar conhecimento da situação caótica em que se encontra o sistema penitenciário no Estado do Paraná, principalmente no que diz respeito ao tratamento ao servidor público, a ele, agente penitenciário, que tem a enorme responsabilidade de cuidar de mais de 1400 presos recolhidos naquela unidade.

Juntamente com o deputado Custódio da Silva, que representava a Comissão de Segurança nesta Casa, lá estivemos com o pessoal da imprensa, e pudemos observar num manifesto que foi entregue a nós pelos agentes penitenciários, que é necessário urgentemente que o governo do Estado, o secretário da Segurança Pública, que agora tem a responsabilidade dessa área, uma vez que o Depen - Departamento Penitenciário, passou da Secretaria de Justiça para a Secretaria de Segurança Pública.

E nesse manifesto, senhor presidente e senhores deputados, corroborando um manifesto anterior que já citei nesta tribuna na semana passada, em que o sindicato pede a esta Casa a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se possa analisar de cabo a rabo essa situação caótica do sistema penitenciário.

Vou fazer uma leitura desse manifesto.

(Lê):

“Curitiba, 21.03. 2001.

MANIFESTO

Os funcionários do Sistema Penitenciário do Estado, nesse ato representado pelos agentes penitenciários abaixo-assinados na condição de profissionais na área de segurança penitenciária, vêm mui respeitosa-mente solicitar uma visita desse conceituado meio de comunicação à unidade localizada em Piraquara para constatações dos seguintes descontentamentos:

1. Obra paralisada por falta de pagamento para reforma (PCE), destruída na época da primeira rebelião; situação precária e de abandono por parte do governo estadual.

Onde está a verba repassada pelo governo federal para este fim?

A visita da mídia às galerias proporcionará a constatação da situação de total precariedade das portas dos cubículos, onde as mesmas estão quase caindo e/ou não fechado; falta de iluminação nas galerias; lixão (caliças,

ferros e outros destroços) abandonado ao redor das galerias.

2. Falta de equipamento de trabalho, tais como: rádios, ATH's, cacetetes, escudos, lanternas, luvas, botas, capas de chuva, guarda-chuvas, coletes, crachás, etc.

3. Situação no "intra-muro": local para canil, porém não existe nenhum animal (a companhia alega estar com falta de cachorros e militares para alimentar o contingente).

4. A falta de efetivo para dar proteção ou se necessário entrar na unidade num caso de motim.

5. A inexistência de alojamento para os funcionários (agentes). Nos turnos de descanso os mesmos ficam amontoados nos corredores, salas, BWC's do prédio da administração.

6. Insalubridade de 20% diferenciada do CMP, que é de 40%, sendo que nesta unidade são exercidos trabalhos com internos aidéticos (onde recentemente tivemos um deles ameaçando toda a guarda com um pedaço de gilete).

7. Reposição salarial inexistente desde 1995.

8. Remanejamento dos AP's que exercem função administrativa, pois há uma estimativa de que 30% dos AP's lotados na Penitenciária Central estão exercendo atividades não inerentes às estipuladas quando da prestação do concurso público, sobrecarregando desta forma AP's que estão em regime de escala e colocando em risco (fugas, motins, rebeliões) a segurança da Penitenciária Central.

Diga-se, porém, que mesmo havendo o remanejamento, os AP's que estão em desvio de função, a quantidade de agentes em proporção ao número de presos é muito pequeno, há necessidade com urgência de mais funcionários para o cumprimento legal desta função (abertura de concurso público) para reposição dos agentes que estão em desvio de suas funções, para as funções que ficarão descobertas (administrativas).

9. O desinteresse do governo em solucionar os problemas existentes do Sistema Penitenciário, que o levam à decadência.

9.1. Setor Jurídico não funciona adequadamente, visto que para um contingente de 1500 presos, existem apenas quatro profissionais em exercício. Em virtude disso, a massa carcerária é levada ao descontentamento (uma das principais causas de rebeliões).

9.2. VEP (Vara de Execuções Penais): é muito lenta e arcaica; falta de modernização no sistema de informática.

Soluções:

a) Estagiários na área jurídica, acompanhados por profissionais competentes, acelerando e desafiando os milhares de processos empilhados à espera de manuseio e solução.

b) Instalações físicas da unidade: locais em condições subhumanas de convivência de massa carcerária, não atendendo as condições básicas de higiene.

c) Canteiros de trabalhos ocupacionais (meio pelo qual pode-se tirar os internos da ociosidade) não estão funcionando, isto possibilita tentativas de fugas, formação de quadrilhas e até mortes dentro da unidade.

10) Falta de material (parafusos, chaves de boca, etc.) para fechar os internos.

11) Passagem do Sistema da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Segurança, somente para acúmulo na pasta da mesma (SESP). Sendo que a situação do funcionário (agente penitenciário) continua a mesma, ou seja, sem identidade própria passando a ser pertencente ao quadro geral.

Em virtude destas deficiências na Penitenciária Central do Estado, que colocam em risco a vida de todos os servidores que aqui trabalham e também dos próprios internos que cumprem pena, é que apresentamos à imprensa este fato real.

Se porventura em um curto período não forem tomadas medidas emergenciais que venham amenizar estes problemas, será inevitável que muito em breve ocorram novas desordens nesta Penitenciária.

O presente manifesto tem a finalidade de contribuir para que esta Unidade Penitenciária do Estado retome à normalidade e às condições mínimas de segurança. Assim sendo, e certos de contarmos com a costumeira colaboração deste meio de comunicação, ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários e reiteramos através deste, apoio de que precisamos.

Atenciosamente.

(a) ASSINAM O MANIFESTO
35 AGENTES PENITENCIÁRIOS"

Isto aqui é parte, senhor presidente, senhores parlamentares, deste manifesto. E lá, hoje pela manhã, com o deputado Custódio tivemos acesso interno à Penitenciária Central do Estado, e pelo menos na primeira ala o que nós pudemos observar, deputado Ricardo Chab é a precariedade, há falta de instalações hidráulicas, há falta de instalações elétricas, há a questão ainda bastante arcaica do fechamento das galerias, o perigo que enfrentam os agentes penitenciários ao se introduzirem nas partes mais baixas das últimas galerias da Penitenciária Central do Estado; isso tem provocado esta manifestação, que nós entendemos justa. E é necessário que esta Casa faça alguma ação, nesse sentido, se não uma CPI, pelo menos a Comissão de segurança. dessa Casa, ou uma Comissão Especial passe a fazer o trabalho, junto ao sistema penitenciário. Não é possível continuar nas condições que estão!

Eu faço aqui justiça, na parte que foi destruída, tanto eu como o deputado Custódio vimos lá que uma boa parte já está concluída, mas falta ainda o acabamento. Pudemos presenciar 2 ou 3 funcionários apenas, trabalhando o que vale dizer que vai levar muito tempo ainda para que aquela obra seja concluída.

Vejam que a situação é crítica que nem cão para colocar no canil tem, há falta do cachorro e há falta de alimentação. E o que é pior, nas guaritas, cuidadas pela Polícia Militar, de cada 4 guaritas, apenas duas têm soldados da Polícia Militar, fazendo a guarnição, o que é um fato profundamente perigoso, haja vista que a todo instante há ameaça de exploração deste barril de pólvora.

Concedo o parte ao deputado Ricardo Chab.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Algaci Tulio, na nossa Comissão de Segurança Pública, da qual sou presidente, temos recebido inúmeras informações dos agentes penitenciários, da senhora que é presidente inclusive, dos Sindicatos dos Agentes Penitenciários. Ela tem estado em permanente contato com a Comissão de Segurança Pública.

Nós recebemos um convite, deputado que esteve lá, pela manhã Custódio, representando inclusive a Comissão de Segurança Pública, na qualidade de membro da Comissão de Segurança Pública, para observar.

Vai ser motivo, inclusive, na Comissão de Segurança Pública, o convite para que esses agentes penitenciários estejam aqui na Assembléia, numa audiência pública, para que possamos discutir, porque eu, na condição até de cidadão, não entendo algumas coisas.

O governo federal divulga lá, através do seu Sistema Penitenciário, da Coordenação do Sistema Penitenciário Nacional, órgão ligado ao Ministério da Justiça, que cada preso custa para o País, 800 reais.

Deputado, estou quase levando para morar na minha casa dez presos. Porque daí vou receber 8 mil reais, por mês e vou cuidar dos presos.

Oitocentos reais cada preso e viver nessa condição que o senhor está colocando. Isso é, no mínimo, uma mentira deslavada!

Então das duas, uma, ou tem muita gente roubando, ou o dinheiro não é repassado.

Quero ir mais longe, deputado Algaci Tulio. Quero deixar aqui até um apelo agora, neste momento, nesta sessão.

Fui contrário, subi nesta tribuna, quando o Depen passou para a Secretaria de Segurança Pública, porque ela não dá conta da sua missão, que é dar garantia para nós, nas nossas ruas de Curitiba e qualquer cidade do Paraná. Ela não tem conseguido fazer isso, porque faltam recursos e, de repente, a Secretaria de Segurança Pública, incorporou o Depen. Um erro lastimável. Um erro que nós sabemos aonde vai terminar.

Vai terminar sem rebelião, vai terminar nisso tudo que já estão anunciando os agentes penitenciários. Sem dúvida alguma, deputado Algaci Tulio, nós vamos ter mortes, já, já!

Mas, já, já!

Quando falo já, já, é daqui até o feriado do dia primeiro se algo não for feito.

Por quê? Porque é mais um barril de pólvora aceso. É na verdade um processo todo que já vem de

muito tempo. E ainda, para colaborar, a revolta da massa carcerária; a secretária de Educação do Estado, acaba com a aula dos presos na Central do Estado.

Então, isso tudo é lastimável. Eles querem na verdade que os presos realmente vão para a guerra, vão para a luta, que nós tenhamos cenas tétricas, sangrentas, como vimos no Estado de São Paulo, recentemente no Mato Grosso e lá em Maceió.

Nós estamos perto disso.

Lamento profundamente que nós tenhamos tido aqui no Paraná, deputado Algaci Tulio, primeiro, a passagem do Depen, para a Secretaria de segurança Pública, segundo, a infelicidade da secretária da Educação, em acabar com o ensino lá, no Sistema Penitenciário.

O SR. ALGACI TULIO

Foram dois assuntos bastante discutidos pela manhã, especialmente a questão da Educação, que perece-me amanhã, retorna e parte segundo me informa o presidente da comissão, deputado Ângelo Vanhoni, no encontro que teve com a secretária de Educação, ainda na última 3ª feira. Em parte me parece que vai ser resolvida está questão da educação, dos presos, na Penitenciária Central do Estado.

Deputado Ângelo vanhoni, se quiser enriquecer, me ajudar neste meu pronunciamento...

O Sr. Ângelo Vanhoni

Se Vossa Excelência me permite, até para esclarecer os senhores deputados, como ficou combinado na audiência pública que fizemos com a secretária, por convocação, do requerimento do deputado Ricardo Chab.

Lamentavelmente o deputado não pôde comparecer porque nós sabemos dos seus compromissos, lá no horário da sua rádio, seus afazeres, porque foi pela manhã.

O Sr. Ricardo Chab

Não, naquele dia estava com problema de saúde mesmo. Eu viria mesmo.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Mas a secretária nos recebeu agora, na segunda-feira. Comparecemos eu e o deputado José Maria Ferreira. E foi feito um apanhado a respeito do Ensino Supletivo, de uma forma geral, no Estado do Paraná, da educação dos jovens e adultos.

Desde a questão dos índios, a Aparte, para os trabalhadores rurais, os trabalhadores sem-terra, todas as ONG's e todos os convênios que a Secretaria tem.

Senhor presidente, acho que essa matéria é relevante; foi objetivo de uma convocação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente, o deputado Algaci Tulio já usou o tempo do Pequeno Expediente, da Liderança, já extrapolou os dez minutos.

O Sr. Ricardo Chab

Senhor presidente, é que o assunto é realmente polêmico, importante.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós sabemos, mas infelizmente nós temos o regimento para ser cumprido.

Por favor, para concluir, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, presidente.

Mas, era importante que o deputado Vanhoni, pudesse concluir essa informação, porque é um assunto grave, que nós estamos chamando a atenção do governo do Estado, do secretário da Segurança Pública, e se alguma rebelião acontecer daqui para frente, esta Casa não ficou silenciosa, está alertando. Não tem cachorro para o canil da penitenciária, não tem soldado da Polícia Militar para colocar nas guaritas e faltam ainda 150 agentes penitenciários para dar segurança mínima que pode ter uma unidade penal com quase 1500 presos.

É um caso sério, estamos alertando e a Comissão de Segurança Pública da Assembleia estará lá na semana que vem, visitando por inteiro a penitenciária, nem que os seus membros corram o risco de serem sequestrados, porque temos a responsabilidade de alertar o governo que se faz de surdo, de um secretário que não dá a resposta - necessária aos apelos da segurança pública que a população não tem e que dentro da penitenciária também não tem.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao deputado Tony Garcia.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença neste Plenário, do prefeito de Adrianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente registrado e, da mesma forma, também registramos a presença do vereador Vanderlei, de Marechal Cândido Rondon.

O SR. TONY GARCIA

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Neste momento, ocupo esta tribuna para aqui fazer a leitura do relatório final da CPI dos Combustíveis, uma CPI que no começo, para ser instalada, causou polêmica, foi taxada de CPI "laranja" e na verdade, quando chegamos ao final deste relatório, gostaríamos da atenção deste Plenário para que todos verifiquem o trabalho que foi feito em todo o Paraná por esta CPI.

Começo aqui a leitura. Vou abreviar, porque o relatório é muito grande. Vou abreviar e vou tratar do obje-

tivo das principais investigações, para ser o mais breve possível.

(Lê):

(Este relatório encontra-se publicado no final desta Ata).

O Sr. Sergio Spada

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tony Garcia, estou ouvindo Vossa Excelência fazer a leitura dos itens do relatório conclusivo a respeito da CPI instalada para apurar adulteração e sonegação de impostos, na questão dos combustíveis no Paraná. E confesso ao senhor e aos demais colegas parlamentares, que estou muito satisfeito, não só por ter participado dos trabalhos da CPI, mas porque, como ex-secretário de Proteção e Defesa do Consumidor, pude constatar através do Procon e do Ipem a fragilidade a que estava submetido o consumidor do Estado do Paraná, na questão da adulteração do combustível. A fragilidade a que estava submetido o Estado do Paraná na questão de sonegação de impostos. O caos que se instalava nesta questão do combustível no Estado do Paraná. Verdadeiras quadrilhas estavam se articulando, se organizando no Estado do Paraná, lesando os consumidores, lesando o Estado, lesando o fisco paranaense, desajustando, desaranjando completamente o sistema de distribuição de combustível do Estado do Paraná.

E a partir do momento da implantação, da instalação da CPI, a partir dos trabalhos feitos, diga-se de passagem com muita competência, com muita dedicação por todos os parlamentares, mas em especial do presidente da Comissão, deputado Durval Amaral e de Vossa Excelência como relator da CCJ, um profundo conhecedor da questão, pude sentir, como o Paraná sentiu, uma freada naquele descabro que se instalava naquele momento. E hoje uma certa tranquilidade - pelo menos a gente não ouve notícias com tanta intensidade, quase que não ouve notícias a respeito da adulteração de combustível e fraude contra o fisco na questão dos combustíveis no Estado do Paraná. Foi fruto do trabalho desta CPI. A arrecadação que o Estado teve só em multas e cobranças de impostos que eram sonegados, chegou a 43 milhões de reais, números realmente significativos que é mérito dos trabalhos desta CPI.

Agora, vamos encaminhar este relatório ao Ministério Público, às autoridades competentes, esperamos que os demais órgãos, que têm obrigação, também, de dar seqüência na apuração e incriminação dos fraudadores, dos adulteradores, sejam efetivamente punidos, colocados na cadeia e livre-se o consumidor desse mal terrível que estava assolando o Estado do Paraná, que era a adulteração do combustível e que o Paraná arrecade mais, principalmente, desse setor da economia, que gera uma enormidade de recursos e que sonega muito.

Então, parabéns, deputado Tony Garcia, pelo trabalho profícuo de Vossa Excelência; parabéns, deputado

Durval Amaral, que presidiu com muita competência, muito bom senso, os trabalhos dessa CPI, que em determinado momento, estiveram muito “quentes”, até conflitantes, mas graças a Deus chegou a um bom termo.

Parabéns, deputado Tony Garcia, parabéns, deputado Durval Amaral e está de parabéns esta Casa, pelo trabalho dessa CPI.

O SR. TONY GARCIA

Agradeço ao aparte do deputado Spada e concedo aparte ao deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Senhor deputado, companheiro Tony Garcia, nobre relator da CPI dos Combustíveis, na qualidade de presidente da CPI dos Combustíveis, tive ao lado dos nossos companheiros deputados o privilégio, ao lado do relator Tony Garcia, de alcançar todos os objetivos que a CPI se propôs a alcançar no seu requerimento de instalação.

A CPI se propôs a investigar a adulteração de combustíveis no Estado do Paraná. Não só investigou, como levantou as principais empresas responsáveis pela adulteração de combustível no Estado do Paraná. E com toda certeza, o Ministério Público terá plenas condições de indiciar e processar criminalmente aqueles que praticam este tipo de crime contra a sociedade paranaense.

A CPI se propôs, também, a combater a sonegação fiscal e não teríamos o êxito que tivemos, se não tivéssemos o apoio de todos os deputados que participaram da CPI, e a parceria, porque não dizer, com a Secretaria da Fazenda. Mais de cento e quarenta empresas do ramo de combustível, incluindo-se revendedores, distribuidoras, revendedores retalhistas foram auditados pela Secretaria da Fazenda e pela CPI dos Combustíveis. O resultado foi de quarenta e três milhões de receita, de arrecadação para os cofres públicos do Estado do Paraná.

Se propôs a combater a prática de “Dumping”, que é uma prática nociva, onde os grandes procuram engolir com preços baixo do mercado e nós ousamos, nobre deputado Tony Garcia, desafiar grandes e poderosos, ousamos, porque eu, o senhor e os deputados que são membros da CPI dos Combustíveis, sabem quanto fomos pressionados para não apurar, para não enxergar, para não investigar e para não chegarmos a conclusão alguma. Enfim, apuramos, sim, comprovadamente a prática do “Dumping” por parte de algumas grandes companhias.

Então, quero cumprimentar e parabenizar ao senhor e a todos os deputados membros da CPI dos Combustíveis, porque todos os objetivos que se propôs a investigar, a CPI conseguiu não só investigar, conseguiu levantar dados, apurar e dar material para que o Ministério Público possa processar, condenar e efetivamente dar uma satisfação que todos nós esperamos.

Então, o senhor está de parabéns, os nobres senhores deputados estão de parabéns, porque esta foi com certeza, uma CPI que trouxe resultados concretos. São inúmeros os volumes e os processos que serão encami-

nhados ao Ministério Público. E tenho certeza, com farto material, o Ministério Público não terá dificuldade alguma em oferecer denúncia, processar e ao final condenar empresários pequenos, médios e grandes. Com toda pressão que sofremos, com todas as dificuldades que tivemos, conseguimos vencer o desafio e chegarmos a conclusões, efetivamente, que a sociedade vai nos agradecer, como tem-se posicionado o presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustível do Estado do Paraná, senhor Roberto Fregonese.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Beraldin

Deputado Tony Garcia, na mesma linha de manifestação do deputado Durval Amaral, queremos cumprimentá-lo e a todos os integrantes da Comissão, que trabalharam ao longo do tempo na difícil missão de investigar e concluir este trabalho com um resultado competente. Vossa Excelência e também o presidente devem não ter medido esforços para apresentar o relatório, absolutamente bem apresentado, competente, dando informações criteriosas para que o Ministério Público possa fazer agora sua parte.

De fato, a Assembléia Legislativa se engrandece, quando se conclui um trabalho transparente, competente e acima de tudo com vocação política. Meus cumprimentos e a todos os membros da Comissão, na certeza de que a Casa entrega hoje um relatório eficiente e demonstra para a sociedade que aqui se trabalha com seriedade, com vontade de ajudar a população.

O SR. TONY GARCIA

Agradeço o aparte dos deputados Beraldin e Sergio Spada e Durval Amaral e fico muito feliz, deputado Beraldin, que o senhor, que é um crítico contumaz em relação aos trabalhos da CPI, muitas vezes nos questionando, e como tem em mãos o relatório final, nos cumprimenta porque também foi um dos que ajudaram muito a esta CPI chegar aonde chegou. Não adianta a competência de um deputado só. Se não tivéssemos a vontade política para superarmos as dificuldades, como bem disseram os deputado Durval Amaral e Sergio Spada, que tivemos no percurso.

Muitas pessoas esquecem que sofremos pressão até de representantes de grandes companhias, para virem aqui dentro da Assembléia, com a petulância de pedirem telefones particulares, de residência, de empresa, celulares de deputados que compõem a CPI. Foi imediatamente refutada qualquer idéia de ingerência externa nesta CPI. Esta CPI trabalhou em conjunto, desde o início, com o Ministério Público e todos os deputados que dela participaram.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Tony, quero cumprimentá-lo e dizer que estive, a convite do deputado Durval Amaral, tanto em

Londrina como em Maringá, nos trabalhos da Comissão e dizer que, na verdade há uma expectativa, e digo isto até pela minha região, especificamente por Londrina, de um resultado desta CPI por parte daquelas pessoas que consomem o combustível e especificamente na minha cidade, Londrina, uma proliferação muito grande de postos de gasolina, de diferenciação de preços, de pessoas levantando questionamentos de adulteração, outras com distribuição e fazendo sonegação.

Então, espero, inclusive até porque sei que este trabalho foi muito bem feito, a despeito até do que se falava na oportunidade, de que nós, enquanto Assembléia, enquanto poder aqui no Paraná, não iríamos trazer para cá, para depor, os altos nomes do monopólio não só do Paraná, mas no Brasil inteiro, e a comissão conseguiu fazer esse papel.

Então, quero cumprimentar pela discussão que Vossa Excelência está fazendo, e esperar inclusive que da parte do próprio Ministério Público, da Justiça, de um modo geral, que seja levado a tempo, todas razões apresentadas, porque a nossa população do Paraná, está esperando inclusive, até a chamada punição, que em alguns segmentos, possivelmente deva haver.

Então, cumprimentando, quero dizer que a Assembléia cumpre um grande papel, um papel de atender ao consumidor, sobretudo, de mostrar a ele que existe um setor, em especial o nosso aqui, do Poder Legislativo, que está atento a essa questão de defesa daqueles que, às vezes, não têm vez, não têm voz para poder reclamar. então, parabéns.

O SR. TONY GARIA

Muito obrigado, deputado Moysés Leônidas. Eu gostaria de falar o seguinte, senhor presidente, até para não se tornar uma coisa maçante, nos apartes dos deputados Durval Amaral, Sérgio Spada e Beraldin, já foram colocados alguns pontos principais da CPI, e esse relatório vai estar à disposição de todos os deputados, da imprensa, nessa Mesa com o presidente da CPI, deputado Durval Amaral. O relatório hoje, é público.

Vou só finalizar aqui, senhor presidente, senhores deputados, com algumas coisas que foram conclusivas nessas CPI's que todos devem lembrar, de recordação, porque foram os trabalhos efetivos dessa CPI.

(Prossegue a leitura do relatório)

Agora, até para fazermos justiça, gostaria de ler aqui quais foram os membros que participaram efetivamente, dessa comissão, e que esta Casa, e esse Estado devem a essas pessoas um agradecimento, porque recebemos de toda a sociedade civil organizada, inclusive do presidente do sindicato que veio até esta Casa, para falar com o presidente, o quanto foi importante essa comissão e que se desse continuidade, porque há indícios novamente, de que a mesma quadrilha de São Paulo que estava se instalando neste Estado, na questão de adulteração de combustíveis, viesse de novo se instalar agora, começando pelo interior.

Então, deixo claro a todos os participantes dessa comissão, ao deputado Durval Amaral, para que nós façamos um esforço, muito grande, cada um dos deputados na sua região, para que a gente possa começar a diagnosticar esse tipo de recurso que se faz hoje para se baratear o combustível, adulterando, que nós comecemos nesta Casa a discutir de novo essa questão da CPI dos combustíveis.

Quero deixar claro que nelas participaram o presidente Durval Amaral, o vice-presidente Beraldin, esse relator e demais membros: Ademar Traiano, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Antonio Baratter, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Miltinho Pupio, Ricardo Maia e Hidekazu Takayama.

Meus agradecimentos a todos e acredito que a partir deste momento ficaremos vigilantes nesse setor do Estado, e que nós fizemos um trabalho que toda a sociedade e esta Casa esperavam.

Muito obrigado, senhor presidente, muito obrigado senhores deputados.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, tendo em vista a entrega hoje a esta Casa do relatório da CPI dos Combustíveis, que evidentemente foi apresentado, sinteticamente pelo deputado Tony Garcia e considerando a importância desta Comissão, gostaríamos de requerer a Vossa Senhoria, uma cópia do requerimento, do relatório, e que nós pudéssemos votar com uma certa folga para possibilitar a apreciação do relatório após votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Mesa recebe o relatório da Comissão de Combustíveis, protocola-se, autua-se como projeto de resolução e encaminha-se à Diretoria Legislativa para os devidos fins. Posteriormente, ainda deputado terá o acesso e se caso desejar, uma cópia do referido relatório

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem nós, da Comissão do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, realizamos mais uma reunião. E desta vez ouvimos o relato da Fundação O Boticário e a SPVS.

Foi uma reunião de quase 2 horas e naturalmente o trabalho da comissão será relatado nos próximos dias, assim que forem degavadas as fitas.

Apresentaremos então um relatório sobre a questão da Fundação O Boticário e a SPVS.

Mas, senhores deputados, ontem à noite fui ao município de Antonina e visitei a Câmara de Vereadores, e o relato que recebi dos vereadores de Antonina não é diferente do relato e informações que recebi dos municípios de Guaraqueçaba e Guaratuba.

Essa Ong chamada SPVS está comprando áreas, dito por ela ontem. Comprou 7000 hectares em Guaraqueçaba. Afirmado por ela. No entanto, há indícios que já

comprou muito mais e comprou também em número bastante significativo de áreas em Antonina e no litoral do Paraná e dito por eles, com esses recursos que são recursos de parceria com ONG's americanas e que não estão vendendo a nossa bio-diversidade e que na verdade, o único objetivo de comprar as terras é para preservar o nosso verde, preservar a nossa floresta do Estado do Paraná.

O que se nota, senhores deputados, é que eles estão comprando áreas exatamente onde já é área de preservação ambiental por lei federal, estadual e municipal, se verifica que eles chegam nos pequenos proprietários e vão comprando, e esses pequenos proprietários acabam indo para a cidade e tendo problemas depois, urbanos, que todos nós conhecemos.

O que nos preocupa, que está claro, pelo que colhemos informações, que há uma fábrica de projetos comandada por essas ONG's que naturalmente elaboram o projeto, aprovam o projeto nos órgãos oficiais do Estado e da União e se beneficiam de recursos de projetos fantasiosos, como disse ontem um vereador em Antonina: - "Olha, chegaram lá no nosso bairro e disseram que nós tínhamos que plantar um tipo de remédio para problema de saúde da população, e lá convocaram as crianças para plantar os tais remédios, só que na hora que as crianças estavam plantando, fotografaram, filmaram, mostraram. Depois de fotografado e filmado o projeto, na opinião do cidade simples lá do bairro, diz o seguinte - o projeto estaria concluído. E a Fundação O Boticário diz que já apoiou mais de 700 projetos ambientais e que já gastou mais de cinco milhões de dólares. Disse o representante de O Boticário, que no Salto do Morato, em Guaraqueçaba, que por incrível que possa parecer, ela comprou dois mil e poucos hectares numa área que não tem acesso à população pois é uma área tombada, que hoje estão cobrando três reais para a população nativa daquele município para visitar o Salto do Morato, gastou a fundação em torno de um milhão de dólares e oitocentos mil dólares. As obras que lá estão e os empregos que eles estão dando, - aí que eu sugiro que a Comissão de Meio Ambiente, no dia 26 de abril, conforme falei já com o deputado Algaci Tulio e com os outros deputados membros da Comissão, a Comissão se desloque para Guaraqueçaba, Antonina, Guaratuba, a fim de colher informações reais da atuação de algumas ONG's que estão a serviço não sei de quem, mas com certeza não estão a serviço do povo sofrido do Paraná.

Há uma verdadeira lavagem de dinheiro, há projetos fantasiosos e há uma grande mentira, eu não vou generalizar todas as ONG's, mas especificamente a SPVS, com certeza, é um caso muito sério e nós vamos convocar que nos acompanhe o Ministério Público para esta visita que faremos no dia 26 de abril, ao litoral do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Custódio da Silva.

Antes disto, gostaríamos de registrar a presença, associando-se com o Tiago Amorim, o Baratter e também o Sergio Spada, os deputados do Oeste, registramos com muita alegria a presença do prefeito Jaime Bastos, de Céu Azul, do presidente da Câmara, Jorge, e do seu assessor, secretário João Paulo.

Obrigado pela presença e sintam-se à vontade nesta Casa.

O SR. ELI GHELLERE

Em nome do PDT, eu e o deputado Zuk gostaríamos também de deixar registrada a presença do nosso prefeito, Jaime Bastos e toda a sua comitiva.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Fica registrado, junto com todos os deputados.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

(**Lê**):

"Encaminhamos à Mesa para apreciação desta Casa, projeto de lei que objetiva implantar normas para a segurança das Casas Lotéricas e Bingos no Estado do Paraná.

Hoje, senhor presidente, as Casas Lotéricas se constituem em verdadeiros postos avançados da Caixa Econômica Federal, além de prestar uma gama de serviços, como recebimentos de contas de água, luz, telefone, carnês diversos, prestam inúmeros serviços, e efetuam apostas das diversas modalidades de jogos instituídos e explorados por concessão daquela instituição bancária.

O volume de dinheiro diariamente manuseado nas casas lotéricas, em razão da prestação dos serviços mencionados, é público e notório que estimula a cobiça, registrando a enorme ocorrência de assaltos à mão armada, com requintes de violência extrema, como ao que ocorreu a pouco tempo em nossa Capital, com o assassinato da esposa do proprietário da GP Loterias, na rua João Bettega, no Bairro do Portão.

A imprensa frequentemente divulga notícias de assaltos em Casas Lotéricas, quando vidas humanas são colocadas em risco, dada as facilidades encontradas por assaltantes para praticarem suas ações criminosas, subjugando funcionários e clientes, muitas vezes com violência, impondo vergonhosa humilhação, quando não chegam ao extremo de, pelo próprio produto do assalto, tirarem a vida de quem naquele momento, encontra-se no interior desses estabelecimentos.

A presença de segurança armada nas Casas Lotéricas, fará com que clientes e funcionários se sintam mais seguros.

A vigilância armada, prevista no artigo 2º do nosso projeto de lei, será executada por profissionais devidamente treinados e habilitados pelo Departamento de Polícia Federal.

Entendemos, senhor presidente, que a medida, dada a gravidade dos riscos a que são submetidos funcionários e clientes das Casas Lotéricas, deva merecer especial atenção dos nobres deputados com assento nesta Casa de Leis, para que nosso projeto venha a se constituir, após sua aprovação, num mecanismo inibidor de ações criminosas, preservando acima de tudo, a vida humana, que não tem preço”.

E com essa medida, senhor presidente, senhores deputados, estaremos gerando mais emprego no Estado do Paraná, coibindo a marginalidade nas Casas Lotéricas, espalhadas por todo Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Nós não poderíamos deixar de falar aqui sobre a questão da Copel, e cada vez mais fica patente a verdadeira disposição do governo vender, que não é nem obrigação imposta pelo governo federal, porque recentemente o próprio presidente da República, como disse aqui o deputado Ângelo Vanhoni, em entrevista a uma rádio de Curitiba, simplesmente desautorizou o governador Lerner a continuar a afirmar que a venda da Copel era uma imposição do governo federal.

E as expressões foram bem estas: Fernando Henrique Cardoso assegurou que o governo federal não está obrigando ninguém a vender nada, as estatais de energia elétrica, inclusive. Assim esta é uma decisão que corresponde ao Paraná porque a empresa pertence ao governo do Paraná. Se o governador Jaime Lerner está empenhado nisso é porque acha que o momento é adequado à privatização. O presidente da República afirmou que se o governador entende ser este o momento adequado, ele está trabalhando, está empenhado nisso, não é nenhuma determinação legal, até porque não existe, porque seria ferir o direito de autonomia dos Estados.

Segundo o governo ontem mandou para cá o Projeto nº 411/1001, que trata da desvinculação, daqui para frente, da condição de servidor público e sim de emprego público. Isso quer dizer que, doravante, os empregados admitidos pelo governo do Estado pertencerão ao regime do sistema da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, e não mais à Lei nº 6.174 que é o Regime Jurídico Único. Isso mostra que o governo não está precisando mais da venda da Copel para constituir o fundo do Paranáprevidência. Por quê?

Porque cada vez mais ele vai tirando do encargo do Paranáprevidência o compromisso de ser aposentado, porque todos aqueles que forem admitidos, daqui para frente, não mais se vincularão ao Paranáprevidência e sim ao Regime Geral de Previdência Social.

Mostra isso aí que, em menos de 10 anos, nós teremos esvaziando o Paranáprevidência. Ora, se não é com o objetivo de capitalizar o Paranáprevidência, se já provou o presidente da República e nós, aqui desta tribuna já falávamos e afirmávamos que não era obrigação imposta pela legislação federal, deputado Baratter, mas sim uma determinação, para que o governo do Estado do Paraná pudesse tampar o buraco que provocou, nas contas públicas.

Cada vez mais vai clarear, que não é exigência do governo federal, não é exigência do Fundo de Previdência, porque o governo tem tomado medidas que vão de encontro àquilo que ele próprio prega, quando diz que era para capacitação.

Ontem, nós apresentamos requerimento, nesta Casa, na segunda-feira, no sentido de conhecer da Paranáprevidência. Qual era o valor? Quanto o governo do Estado necessitava para constituir o Fundo do Paranáprevidência? Quanto este fundo seria capaz para sustentar a demanda de pensão e das aposentadorias?

O requerimento foi derrubado, nós não temos condições sequer de conhecer o quanto, o governo efetivamente precisa.

Perguntávamos também, se o governo fez um estudo, para conhecer lá quando da instituição do fundo, esses recursos. Igualmente, nós não tivemos essas informações e, elas são prioritárias para que possamos saber se os recursos que advirão no plano do governo serão suficientes e capazes para sustentar o Paranáprevidência.

Mas, as coisas que definem o governo, o próprio presidente da República, o próprio governo federal, que está expresso na Constituição de 1988, a desregulamentação do mercado e que o governo venda os seus ativos. Ele não mais quer vender Furnas, a todo o custo.

O Paraná está tentando vender a Copel a todo custo, sem uma discussão maior, sem uma discussão séria a respeito das implicações, não só, do fornecimento de energia, não só da oneração de custo, para os consumidores, mas sobretudo do fator estratégico que representa a Copel, para o desenvolvimento do nosso Estado.

É por essas razões, deputado Elio Rusch, que fico feliz de saber que o senhor pede o aparte e, com certeza, vai buscar me contraditar, porque esta questão Copel precisa de discussão, precisa de debate, precisa que nós possamos torná-la numa transparência. E que não só, os gabinetes do secretário Ingo Hübner, nem do governador Jaime Lerner e nem da Liderança do governo, talvez, porque ela própria não saiba que o governo tinha oferecido 415 milhões, das ações da Copel, em garantia dos títulos podres ao Banco Itaú.

Isto que contraria a Lei 12.355, que nessa Legislação nós não permitimos, pela autorização da Assembléia

em nenhum momento, que o governo colocasse as ações para cobrir o rombo dos títulos podres, mas sim, 30% para o investimento na área de transporte, na área de saúde, na área de segurança, na área de investimento da geração de emprego e 70% para a Constituição do Fundo de Previdência, o ParanaPrevidência.

Com o aparte, com muito prazer, o deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado José Maria, presidente, senhores deputados.

Ouçõ com atenção o vosso pronunciamento, deputado José Maria, e quando Vossa Excelência faz menção, à mensagem, a um projeto de lei enviado pelo governador do Paraná a esta Casa, que visa, que pede autorização, para alterar a legislação vigente, que contrata na atualidade os seus funcionários pelo Regime Jurídico Único Estatutário. O que ele pede é que a partir de então, após aprovada a presente Mensagem, a presente lei, o governo tenha a opção. Ele contrata pelo Regime CLT ou pelo Estatutário. Tem opção. A lei não diz que é obrigatória a contratação de todos os funcionários pelo regime CLT e os funcionários que estão hoje no Quadro do Estado, inclusive os 53 mil funcionários que o ex-governador requião passou do regime CLT para o Estatutário, também têm a garantia de permanecer no Estatutário. Eles também não passam por CLT.

Então, tem esse governo e os futuros governos, a opção de passar os futuros funcionários pelo CLT ou Estatutário, mas Vossa Excelência diz que diante dessa Mensagem enviada pelo governo do Estado, não mais se faziam necessários os recursos oriundos com a privatização da Copel para capitalizar a ParanaPrevidência e dentro da ParanaPrevidência o fundo financeiro que daria um lastro para pagar os aposentados hoje no Paraná, que consomem quase cem milhões de reais por mês, devo discordar de Vossa Excelência nesse ponto. Os inativos existem e temos que ter recursos para isso e a ParanaPrevidência tem que ser capitalizada com os funcionários que estão na ativa hoje, com os descontos que eles estão tendo e pelo dinheiro que o próprio governo tem que pôr na ParanaPrevidência. Mas como vão permanecer os inativos?

Nós precisamos capitalizar a ParanaPrevidência não para os futuros aposentados e sim, para os inativos que existem hoje, e aí temos que fazer uma correção. esses inativos que temos hoje no Paraná e que consomem mais de 30% na folha de pagamento, não foram criados por este governo. O governador Lerner herdou essa situação dos ex-governos, porque até 88, e Vossa Excelência conhece melhor do que nós a legislação, nós tínhamos em todos os governos, o federal, o estadual e o municipal, praticamente o Regime Único. Quase todos os municípios e Estados tinham - CLT e com a nova Constituição de 88, quando foi oportunizado para os governantes, para o Executivo fazer essa opção, ou CLT ou estatutário, a grande maioria optou pelo estatutário. Alguns criaram

um Fundo Previdenciário, um Instituto de Previdência e outros não criaram.

No Paraná criamos um Instituto Previdenciário pelo ex-governador Requião que convenceu esta Assembléia e eu, na época, votei favorável ao Fundo Previdenciário, mas depois, o mesmo governador, quando tinha algo em torno de 50 milhões de dólares em caixa (não sei qual é o valor), acabou com o Fundo Previdenciário, passou a mão no dinheiro e jogou o dinheiro no Tesouro do Estado, acabou com o dinheiro e não só com isso, ele passou mais 53 mil funcionários para a folha do Estado do Paraná, pelo Regime Estatutário.

Ora, alguém tem que resolver esse problema, e esse problema, Vossa Excelência conhece muito bem, não se resolve com jogo contábil. tem que ter dinheiro. E onde é que está o dinheiro? Qual é a compensação que o Estado do Paraná, os ex-governos fizeram ao governo federal, para que o Paraná pudesse - ser compensado para as aposentadorias que o Paraná está bancado hoje, ou seja, noventa e poucos milhões de reais? Alguém tem que pagar! Nós temos que capitalizar a Previdência, sim, e o dinheiro da privatização da Copel, está na lei: 70% tem que ir para ParanaPrevidência. Não é para salvar o governo Jaime Lerner. É para salvar os futuros governos, para que possamos tornar o Paraná governável, através da folha de pagamento e para dar uma sustentação e garantia aos funcionários da ativa hoje e, na hora em que chegar a época da aposentadoria, que possam ter um lastro e a ParanaPrevidência dá a eles a garantia da sua aposentadoria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço o seu aparte e tenho certeza que com essas discussões, teremos condições de procurar avançar na questão e não ficar numa discussão maniqueísta como estamos praticando na Assembléia Legislativa.

Quero dizer que o fundo financeiro precisa de um cálculo atuarial, precisamos conhecer o que realmente há necessidade do cálculo financeiro para compor. E este dado o governo não trouxe à luz, o governo não disse quantos são necessários para que nós possamos constituir o fundo financeiro, que é justamente aquele para assegurar as aposentadorias e as pensões. Mas nós não estamos sabendo. Agora, também reconheço, se não me fiz esclarecer, mas que serão daqui para a frente, para o futuro, dentro de 10 anos. Dentro de uma perspectiva de que faz 5 ou 6 anos que nós não fazemos admissão de pessoal, de que o nosso pessoal, dentro do quadro de pessoal do Estado é um pessoal envelhecido, já prestes a aposentar. Logo, em breve, nós não precisaremos mais do ParanáPrevidência. ao longo dos anos ele se esvaziará. E nós perdemos a Copel em nome da constituição de um fundo. Aí é a grande questão que precisamos fazer a análise. Não podemos simplesmente achar que hoje nós estamos vendendo a Copel para constituir um fundo em que amanhã serão todos resolvidos. Os futuros governantes pagarão mensalmente INSS do sistema de Previdência Geral,

fundo de garantia. Precisa se observar esta lei. Por isso que nós cada vez mais precisamos de cuidado, precisamos de atenção na venda e na disponibilização de um patrimônio do tamanho e da importância da Copel.

Com a palavra, o deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado José Maria, existe realmente uma necessidade muito grande de nós nos aprofundamos muito mais do que já nos aprofundamos na discussão da privatização da Copel. Veja Vossa Excelência que no momento atual, e os jornais já estão falando a respeito disso, nós estamos recebendo notícias de que parte do produto obtido com a venda da Copel terá que ser destinado para pagar a dívida que o governo do Estado tem com o banco Itaú, em função das cauções da alienação que foi feita.

Existe já questionamentos e a toda hora e a todo instante a imprensa nos pergunta: o governo do Estado poderia alienar essas ações da Copel? O governo do Estado em cima da lei que autorizou a venda da Copel tinha também autorização para alienar esse patrimônio, para garantir os títulos podres junto ao banco Itaú? É uma questão que nós temos que nos aprofundar.

Outra questão, o deputado Elio Rusch e todos nós sabemos que a lei diz que 70 serão destinados ao fundo de previdência. Só que lá, naquele mesmo artigo, entre vírgulas está escrito: primordialmente. Eu me lembro que na ocasião tentamos suprimir esta palavra primordialmente e até acrescentar “obrigatoriamente”. Então o primordialmente, deputado Elio Rusch, não significa que 70% do produto arrecadado com a venda da Copel vá para o fundo de previdência.

Uma outra questão que o deputado Durval Amaral sempre tem falado e hoje falou também o deputado Elio Rusch, toda vez que se fala na capitalização do fundo e que se fala em pensionistas e aposentados, nos inativos portanto, traz-se à discussão a história dos 50 mil celetistas que no governo Requião passaram a ser Regime Único e que estão pesando em cima do quadro de inativos. Uma questão que tem que ser esclarecida, e foi de certa forma já falado isso aqui na Assembléia quantos daqueles 50 mil celetistas se encontram hoje na condição de pensionistas aposentados? Ou seja na condição de inativos? Porque estão falando isso, estão falando, falando. Mas de repente, são mil pessoas dos 50 mil que estão pesando nestes 90 milhões. Então isto tem que ficar esclarecido. Vossa Excelência apresentou um requerimento, que se não me falha a memória foi rejeitado pela bancada do governo, que pedia as informações que precisamos ter, para saber realmente o que é necessário para capitalizar este fundo. O que já foi colocado neste fundo, em termos de recursos financeiros.

Nós sabemos que o governo fez antecipação dos royalties, deputado Elio Rusch, e quando vimos a planilha dos royalties, antecipado até 2020, se não me falha a memória 2022 coisa assim. Mas fala lá em três bilhões de reais, três bilhões e duzentos milhões de reais.

Quantos desses três bilhões e duzentos milhões de reais entraram em certificados do Tesouro Nacional se não me engano esse é o nome do título? Quanto? Isso não é esclarecido. Enfim, tudo isso precisa ser esclarecido. E nós, hoje, estamos vendo, deputado José Maria, o que está acontecendo pelo Brasil afora, já foi dito aqui hoje, Vossa Excelência, outros deputados já falaram. a desistência, não vamos dizer oficial, mas já declarada a do governo federal em privatizar Furnas, a posição clara e evidente do governo de Minas Gerais de não privatizar a Cemig. A luta do povo baiano do nordeste para não se privatizar a Chesf, as Centrais Hidrelétricas do Rio São Francisco.

Quer dizer, tudo isso tem que ser avaliado, tem que ser discutido. Nós não podemos realmente, só com esse discurso de que precisa capitalizar o fundo, de repente o governo já colocou lá patrimônios ativos, imóveis que estão gerando receitas e nós não sabemos disso. Então, temos que nos aprofundar e por isso cumprimento Vossa Excelência, por mais uma vez trazer à baila a discussão da privatização da Copel em cima desta realidade que está se mostrando a nós, como é a realidade do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, onde a empresa que comandava todo o sistema energético privatizado, a Pacific Wersten Energy. Uma coisa assim o nome, desistiu e devolveu para o governo toda a sua massa de trabalho na área da energia. Quer dizer, o governo teve que reassumir.

Será que nós não podemos caminhar para isto aqui no Paraná? Privatizamos hoje, amanhã temos que reassumir todo o problema energético do Paraná, como já foi feito na década de 50 quando se criou a Eletrobrás, quando se criou a Copel. Então, nós não podemos conduzir o processo do jeito que o governo quer não, porque podemos “dar com os burros na água”. E esta é a verdade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Orlando Pessuti, agradeço pelo aparte que vem, com certeza trazer “luz” à discussão e é de luz que nós precisamos, que gerada especialmente pelas idéias, pela postura, pela coerência e pelo respeito que tem para com o futuro do Paraná.

E tenho certeza que Vossa Excelência sempre contribui.

Concedo aparte ao deputado Edson Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado José Maria, gostaria de cumprimentá-lo por trazer a esta tribuna de uma forma bem clara, chamando e convidando para um questionamento mais apurado, com base nos números reais, em relação aos fatores que fazem com que tenhamos essa aparente emergência em vender uma companhia da envergadura da Copel.

Evidentemente gostaríamos de colocar, e o deputado Pessuti já colocou anteriormente, em nossa frente, que muitas vezes se coloca que aqueles cinquenta mil celetistas são o motivo principal da quebra do fundo e esquecemos de nos perguntar: quantos desses celetistas

estão efetivamente pesando na folha dos inativos? E quanto que eles efetivamente estão contribuindo para o fundo que está pagando a conta dos inativos? É uma pergunta que se deixa no ar.

Outra questão que temos certeza é que na verdade existe o equilíbrio e que não são os cinquenta mil que está quebrando o fundo, mas com certeza, o deputado Elio Rusch citou que o governador Requião passou sumariamente esses tais celetistas para como regime único, não existe regime, existe uma intimação, na época a Constituição Federal direcionava que os poderes estaduais, os governos estabelecessem um regime único, ou que os poderes estaduais, os governos, estabelecessem um regime único ou é celetista ou é estatutário, como a grande maioria do governo do Estado era estatutário, evidentemente, optou-se por esse regime. Mas, a questão principal, deputado é a seguinte: colocar, claramente, através deste cálculo atuarial tão importante que até então não se trouxe a esta Casa, para que pudéssemos e possamos avaliar que peso tem, hoje, nas finanças do Estado, esta folha dos inativos, e que realmente o governo do Estado está jogando a Copel no ralo, podendo até, como citou Vossa Excelência, fazer com que neste momento, aonde há falta de energia e teremos, agora, neste final de semana, um aumento de energia de quase 20% na média, em várias regiões do País, com certeza o lucro da Copel no ano passado, de 430 milhões, passará a dobrar, no mínimo. E não dobrará os custos. Dobrará o faturamento. Por quê?

Porque uma grande parte do País, que já está hoje privatizada, está fazendo o claro jogo da oferta e da procura. Existe procura. Não existe oferta. Vamos aumentar o preço! É isto o que está acontecendo. Além da questão cambial de Itaipu, que é dos dólares, o custo-energia, sendo que o Paraná não tem uma energia balisada no custo dólar e com certeza terá uma condição de competição, que hoje faz sombra a estes que vieram ao País monopolizar a energia elétrica.

Então, é importante trazer ao debate, claramente, o cálculo atuarial e estes valores, para que possamos discutir, claramente, com números reais e não com ilusões ou fantasias.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte, deputado Edson Strapasson, e gostaria de colocar a questão posta pelo deputado Elio Rusch, que o governo já não tem mais condições de reclamar um passado de quase sete anos e que nestes sete anos não se fez nada! Perguntaria ao deputado Elio Rusch, ao líder do Governo, quanto nestes últimos sete anos o governo recolheu, em termos de Previdência, para o IPE, que é o sucedâneo a quem o ParanaPrevidência quer substituir? Quanto? Ele mostra a questão do Requião, entretanto, ele não recolheu, nestes últimos sete anos... qual o valor? Desconhecemos, deputado Elio Rusch. E esta discussão precisa aflorar, precisa vir à baila, porque senão nós aqui, só vamos achar que vamos

dispor da Copel para tampar um buraco e não vamos entrar no âmago da questão, que é a boa gestão dos recursos públicos do Estado do Paraná.

Tem o aparte o deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, deputado José Maria Ferreira, porque me parece muito falacioso este argumento eterno de que a venda da Copel é a salvação da lavoura! Só se salva a lavoura se vender a Copel. Então, é o Fundo da Previdência, ora é a situação dos prefeitos, dos convênios.

Eu lembrava da fala do deputado Elio Rusch, que recentemente, só na participação de royalties, Vossa Excelência colocou, um bi está lá a longo prazo, contido, guardado lá, no Fundo da Previdência. Trezentos e oitenta veio em espécie e durou oito meses. Então, me pergunto: qual o valor que basta para este fundo? Quando é que vamos ter, enfim, claramente, o valor que este fundo necessita para dar sobrevida ao Estado do Paraná? Porque se é esta a conotação, nós temos que saber! Esteve aqui o secretário da Fazenda e eu fiz a pergunta claramente a ele e ele voltou, como sempre, à estória da competitividade e não respondeu nada! E continua sem responder ao povo paranaense. Nós precisamos, efetivamente, saber o seguinte: agora nós já vimos a empresa que ganhou, já foi homologado, ontem, pelo governo do Estado, a empresa que vai fazer a avaliação. Que tipo de avaliação será feita da Copel? Avaliação pura e simples do seu patrimônio? O seu potencial de negócio, das empresas que ela participa, tenho insistido nisto, quanto vale uma Compagás? Quanto vale uma rede de fibra ótica? Quanto vale este lançamento da Copel, agora de que você vai ligar a tomada da sua casa e diretamente terá a Internet dentro da sua casa? Este é um lançamento mundial que está sendo feito no Paraná. Quanto vale este potencial de negócio?

E por que a insistência? É isto, deputado José Maria que mais me assombra. Porque a insistência em se vender a Copel como se fosse um pacote, fechadinho? Nós estamos atrás destas informações. E eu tenho certeza que, de além-mar virão respostas que nos levarão a claros indicadores, de porque estão levando o governador Jaime Lerner a tomar essa decisão tremendamente equivocada, e que até recentemente, ele dizia que não tomaria.

Alguém está lhe contando de além-mar, histórias que não são verdadeiras!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Concedo mais um minuto para Vossa Excelência concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado, deputado Marcos Isfer.

Com certeza, na maneira e na oportunidade que nós tivermos condições de discutir a questão da Copel, das finanças do Estado do Paraná, da previdência, da ges-

tão dos recursos públicos, nós vamos começar a entender que a Copel não é a tábua de salvação deste governo, porque nem ele próprio sabe quanto vai ser necessário para continuar a subsistir. Enquanto o Estado, que honre os seus compromissos!

Não podemos, e aqui faço um apelo ao líder do Governo, à Bancada do Governo, à Bancada de Oposição. Vamos discutir essa questão, com os dados, e que o governo facilite a transparência destes dados, porque aí vai ficar fácil, vai ficar claro, e a população não vai ficar achando que quem vota no governo está levando dinheiro. Não vai achar que quem vota pela venda da Copel, está recebendo benefícios pessoais para sua região, que é uma necessidade do Estado.

E, nessa questão, senhor presidente Hermas Brandão, apelo pelo seu senso de homem público, que há mais de 20 anos tem atuado na vida política paranaense, apelo pela responsabilidade que Vossa Excelência tem do cargo, e que está representando com brilhantismo. Que nós tenhamos um tempo sério, um campo de discussão positiva na questão da Copel.

E grande parte, da decisão da venda ou não da Copel, hoje passa pela decisão da presidência que Vossa Excelência exerce. E Vossa Excelência, com todo respeito, poderá ficar para posteridade de quem teve a decisão firme no momento de lucidez, e que a Copel não deve ser entregue por muita razões; e a primeira seria da questão estratégica, que ela representa, inclusive nas tecnologias de ponta, que pode representar a independência do Paraná, de um setor emergente na nossa economia e na economia nacional. Que o Paraná pode ser talvez o seu grande ancorador, por termos energia sobrando e termos uma empresa de uma capacidade sem igual no País, e sobretudo, quando ela representa o nível de eficiência que demonstra e demonstrou nesses anos todos.

Senhor presidente, obrigado pela consideração com o tempo.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Herms Brandão)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário. Com a palavra o deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhor presidente, senhores deputados. O jornal Gazeta do Paraná de ontem, traz uma matéria, através da qual, o título diz o seguinte: “Lei 12.355, não garante ao governo a venda da Copel”.

A matéria é assinada por um jornalista experiente, conhecedor profundo das leis deste Parlamento, Milton Ivan. E numa leitura atenta à matéria, à própria Lei 12.355, nós temos que levar em consideração as ponderações do jornal e do jornalista, e tomar providências.

A matéria diz que, estranhamente, as Bancadas de Oposição ao governo da Assembleia Legislativa, não

vêm demonstrando pressa, nem preocupação, a respeito da reapresentação de um projeto revogando a Lei nº 12.355 de 08 de dezembro de 1998.

E segundo o governo, autoriza a privatização da Copel.

Em primeiro lugar, uma informação: Não é a Bancada de Oposição, mas os parlamentares que subscreveram o projeto que visava a proibição da venda da Copel, a revogação da Lei nº 12.355, em um número de 23, têm discutido permanentemente, estratégias e formas de encaminhamento dessa questão.

Inclusive na próxima segunda-feira, será lançada aqui em Curitiba, no plenarinho desta Casa, um movimento para a coleta de assinaturas da população paranaense, para formularmos um projeto de iniciativa popular, para ser apresentado nesta Casa, não só em nome dos parlamentares que subscreveram aquele projeto mas em nome dos senadores, os três do Paraná, em nome dos partidos, em nome das sociedades organizadas do Estado do Paraná, e também em nome dos eleitores do Paraná.

Então, o trabalho continua.

A mobilização continua. E há pouco, recebia um organograma elaborado pelo deputado José Maria, que prevê a apresentação desses projetos de iniciativa popular nesta Casa, lá no dia 13 do mês de junho. Então o trabalho continua visando a proibição da venda da Copel.

Diz mais adiante a matéria assinada pelo jornalista Milton Ivan, uma leitura mais atenta revelou que aquela lei, em momento algum, autorizava a venda de todo o controle acionário da Copel.

E que o artigo 1º da Lei nº 12.355, demonstra o interesse do governo de fortalecer a Copel, implementando a sua reestruturação societária, promovendo estudos e criando sociedades coligadas, controladas ou solidárias.

O artigo 3º da referida lei, segundo análise do jornalista, o Executivo estaria autorizado a alienar, a dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, ações com ou sem direito a voto. E não falando em momento algum em “as ações” ou “em todas as ações”. Falando simplesmente em “ações”, o que na avaliação do jornalista, e agora passa a ser minha também, não daria direito ao governo, de vender todas as ações da Copel.

Diz mais além, a matéria: mas a lei é pelo menos omissa, porque não dispõe claramente que o governo pode vender todas as ações da Copel. E também não autoriza contratações de consórcios particulares para preparar a privatização.

São atos que podem ser anulados, por ação judicial, enquanto a causa estiver *sub judice*, a venda da Copel ficará suspensa.

Exatamente para esclarecer matérias, neste sentido subscrito por um jornal de grande circulação no Estado, subscrito por um jornalista conceituado, renomado, respeitado por essa Casa, a Bancada do PSDB, em nome de todos os deputados que estão se posicionando contra a venda da Copel neste momento, está encaminhando uma

consulta ao advogado, Romeu Bacellar, que foi contratado pelo partido, para emitir um parecer sobre a legalidade da pretensão do governo em vender ou não vender as ações da Copel.

Então é com esse sentido que o PSDB no Estado, através do seu presidente, senador Álvaro Dias, contratou o tributarista Romeu Bacellar e é neste sentido que nós estaremos encaminhando uma consulta a este tributarista, para que ele emita um parecer.

Analisar juridicamente, bem estudado, para nós, se necessário, ingressarmos na Justiça, questionando essa pretensa autorização que o governo alega ter, para vender as ações da Copel.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição.

Liderança do Governo.

(**Declinam**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Vossa Excelência chamou o PMDB?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vossa Excelência passou batido, mas lhe concedo o horário da Liderança do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, inicialmente quero convidar todos os deputados desta Casa para, segunda-feira, às 10h00, no Plenarinho deste poder, darmos a arrancada para o início do projeto popular para barrar a venda da Copel. Estarão aqui no Plenarinho da Assembléia Legislativa os senadores Álvaro Dias, Roberto Requião, Osmar Dias, o presidente do PPS do Paraná, Rubens Bueno, o presidente do PT, o presidente dos partidos que estão solidários nesta campanha que não tem dono, que não tem na verdade proprietário, porque ela é uma idéia do povo do Paraná. Os 23 deputados que estão hoje comprometidos com a Copel seremos nós os primeiros a assinar este projeto de iniciativa popular, mas todos os deputados desta Casa, as deputadas, estão convocados, convidados para comparecerem no Plenarinho desta Assembléia, segunda-feira, às 10h00, para fazermos uma grande corrente de fé, de união em favor do nosso Estado, em favor do Paraná.

Não queremos aqui, senhor presidente, discriminar ninguém, porque como eu disse inicialmente, a idéia não tem dono, não tem pai, a idéia é do povo do Paraná e qualquer parlamentar que queira se integrar nesta caravana será recebido de braços abertos, será recebido com aplausos, porque o que nós queremos, na verdade, é que esta caravana seja fortalecida dia após dia, como vem ocorrendo no seio da sociedade do Paraná.

Mas uso a tribuna hoje para falar do meu velho PMDB de guerra.

Foi com muita alegria, senhor presidente, que ontem ao assistir a imprensa nacional constatei que o

senador Cacildo Maldaner, do vizinho Estado de Santa Catarina, transformou-se na 28ª assinatura para criação da CPI da Corrupção no Congresso Nacional. E com a assinatura do senador Cacildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina, o PMDB do Sul do Brasil emprestou as quatro assinaturas para que a CPI pudesse ter o número necessário de senadores no Senado da República.

O primeiro senador do PMDB a colocar, a apor a sua assinatura foi Roberto Requião e na sequência veio Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, José Fogaça, do Rio Grande do Sul e por último, ontem, Cacildo Maldaner, de Santa Catarina, completando junto Amir Lando, do Estado de Rondônia, as 28 assinaturas no Senado Federal, necessárias para a instalação da CPI da Corrupção.

Alegrou-me, senhor presidente, porque é isto que nós esperamos do PMDB, nós aqui do Paraná que nos transformamos numa trincheira na defesa da democracia, da honestidade e da moralidade. Nós do PMDB do Paraná, que temos na nossa liderança maior o senador Roberto, que lá em Brasília é um trombone fora da orquestra, sim, mas é um trombone na orquestra do povo brasileiro, porque tem usado a sua coragem, a sua firmeza, na defesa dos interesses do povo do Brasil, não tem sido conivente, senhor presidente, com qualquer ato que desabone a conduta de um homem público. E o senador Roberto Requião tem se comportado com altivez, tem se comportado com coragem, com determinação, cobrando transparência na vida pública, cobrando firmeza, honradez, seriedade; e em todos os momentos jamais o senador Requião se curvou, se intimidou, se omitiu na defesa do nosso País, na defesa do Paraná.

E é por isso que falo aqui desta tribuna com alegria de ontem à noite ter tido conhecimento de que enfim o Senado Federal conseguiu as vinte e oito assinaturas necessárias, e o PMDB do Sul do Brasil não negou este direito ao povo brasileiro, os quatro senadores que o PMDB mandou para Brasília aqui do Sul, estiveram lá e disseram: “Sim, vamos passar esse País a limpo, vamos fazer com que nesse País haja transparência, vamos fazer uma profunda investigação para que não sobre nenhuma dúvida, para que não pare nenhuma dúvida em relação a qualquer ato do governo federal”.

É uma alegria, como líder do PMDB aqui nesta Casa, senhor presidente, fazer essa constatação, principalmente porque o nosso líder maior do PMDB do Paraná, senador Roberto Requião, tem tido um comportamento exemplar, tem tido um comportamento que nos orgulha de ser seu companheiro, lá no Senado Federal com a sua posição firme, intransigente na defesa do nosso País.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Vossa Excelência me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Agradeço a oportunidade do aparte, nobre deputado Nereu Moura, no mesmo instante em que eu quero cumprimentar o seu partido, o PMDB, através da sua pes-

soa, especialmente os dois senadores do PMDB que assinaram a CPI da Corrupção no Senado, completando o número mínimo exigido para que ela se instale, lá.

Estão, realmente de parabéns o PMDB, porque é uma CPI que inclusive vai fazer apuração do envolvimento do presidente do Senado que é presidente do PMDB. Então, está de parabéns o Partido.

Eu, há dias atrás, fazia um pronunciamento nesta Casa cobrando dos senadores do Paraná. E olha, deputado Nereu Moura, é com tristeza que eu assisto, veja só, eu disse que o cumprimentava e ficava alegre de ver instalado; por outro lado fico triste porque as duas assinaturas que faltavam poderiam ter sido do Paraná. Eu não tenho certeza e eu gostaria que o senhor me confirmasse, os senadores Osmar Dias e Álvaro Dias assinaram para instalar essa CPI para averiguar a corrupção? Então, a pergunta que eu faço ao senhor, porque o PMDB realmente dá uma demonstração, e o senhor fala muito bem: “O velho MDB de luta”, que tem histórias e que marcou a vida política do nosso País.

E mais uma vez quero parabenizar a coragem desses senadores que assinaram uma CPI para averiguar desvios de recursos onde é citado o presidente nacional do Partido. Vai cortar na carne. Agora, tristeza é de não ter visto, não ter tido a oportunidade de o nosso Estado ter dois senadores que se negaram a assinar o pedido dessa CPI.

Meus parabéns ao seu Partido, através da sua pessoa, líder do Partido nesta Casa.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Ribas Carli, eu quero dizer que o comportamento dos senadores Álvaro Dias e Osmar Dias é o mesmo de Vossa Excelência, que também não assinou nenhuma CPI aqui nesta Casa.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Todas estão assinadas, falha do senhor. A CPI do Narcotráfico está assinada, a CPI do Pedágio, assinada...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vossa Excelência tem um minuto para concluir, informo o nosso orador, nosso deputado Nereu Moura, que temos uma Sessão Extraordinária ainda; então eu poderia conceder mais um minuto a Vossa Excelência para encerrar seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Vou concluir, senhor presidente, a CPI do Pedágio não tem a sua assinatura...

O Sr. Fernando Ribas Carli

Tem assinatura, sim, senhor, o senhor deve conferir, tem assinatura sim.

O SR. NEREU MOURA

Então eu compreendo a posição dos senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, mas não estou aqui para defendê-los, estou aqui para realçar...

Eu não posso conceder aparte porque infelizmente o meu tempo está esgotado e não vou abusar da liberalidade do nosso presidente.

Para concluir o meu pronunciamento, deixando registrado, nos Anais dessa Casa, nosso reconhecimento e nosso orgulho de pertencer ao PMDB, que tem na liderança do Paraná o nosso grande companheiro, senador Roberto Requião.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar a presença do prefeito de Marechal Cândido Rondon, Edson Vazzi, que está acompanhado do seu secretário de Indústria e Comércio, Victor Jacob.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrado.

Antes de iniciar a Ordem do Dia eu solicitaria aos Parlamentares com assento nesta Casa que têm direito à indicação de seus membros para instalarmos a CPI para apurar as condições segundo as quais vêm sendo operadas as estradas de ferro do Paraná, pela concessionária América Latina Logística.

Informo que o PTB, terá que indicar 2 nomes; PFL, 2 nomes; PMDB, 2 nomes; PSDB, 1 nome; PPB, 1 nome; PT, 1 nome; PSL, 1 nome. PDT, PFL, PSDB, PST deverão proceder o sorteio para indicação de 1 nome.

Solicito que os referidos Partidos indiquem seus representantes até a próxima segunda-feira ao nosso 1º vice-presidente, deputado Elio Rusch para instalarmos a referida CPI.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposição 37/2001, proposta de Emenda a Constituição Estadual, assinada pelo senhor deputado Elio Rusch, com apoio de vários senhores deputados, em sessão do dia 28 de março de 2001, e na presente sessão nós indicamos a comissão para opinar, os seguintes deputados: deputado Caíto Quintana, José Maria Ferreira, deputado Algaci Tulio, Luiz Carlos Zuk e deputado Ely Ghellere. **À Diretoria legislativa, para os devidos fins.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diá-**

rio da Assembléia e em avulso para conhecimento dos senhores deputados.

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Adulteração de Combustíveis e Sonegação de Impostos, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando informações sobre requerimentos de sessões anteriores, aprovadas em plenário. **Retirado pelo Autor.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Nereu Moura, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão compor a CPI da telefonia nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que irão representar o Partido da Frente Liberal junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados que farão parte da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Tony Garcia, na qualidade de Líder do PPB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para representar o Partido junto à CPI da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Algaci Tulio, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados como representantes do Partido junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca, Nereu Moura, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar irregularidades na Copel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente nº 1023, subscrito pelos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti, Augustinho Zucchi, Edson Strapasson, Algaci Tulio e demais senhores deputados, constante do expediente, indicando os nomes do senhor deputado para presidir a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente nº 1024, subscrito pelos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti,

Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Algaci Tulio e demais senhores deputados, constante do expediente, indicando os nomes do senhor deputado para vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente nº 1025, subscrito pelos senhores deputados Tony Garcia, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio e Edson Strapasson e demais senhores deputados, constante do expediente, indicando os nomes do senhor deputado para Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 648/97, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 648/97

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Rusch, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à emenda de Plenário apresentada, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade concluindo-se que, sob este aspecto, não encontra qualquer óbice. Portanto, deverá ser objeto de análise e mérito em Plenário.

Assim, somos de Parecer Favorável à Emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 03.04.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Antônio Carlos Belinati.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 663/97, de autoria do deputado Beraldin, que orienta a implantação de distritos industriais e ecológicos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO PROPOSTA AO
PROJETO DE LEI Nº 663/97

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 663/97, recebeu quatro emendas de Plenário:

Emenda nº 01, de autoria do deputado Beraldin, autor do projeto de lei, altera a redação do parágrafo único do artigo 1º e do “caput” do artigo 2º; suprime o “caput” do artigo 3º e seu parágrafo único, bem como o artigo 4º do projeto de lei.

Emenda nº 02, de autoria do deputado Edson Strapasson, substitui nos artigos 1º, 2º e 3º os termos “empresas limpas” por “empresas não poluentes”;

Emenda nº 03, de autoria do deputado Edson Strapasson, inclui no artigo 2º a exigência da empresa “comprovar que se localiza em áreas de proteção ambiental e/ou de preservação de mananciais”;

Emenda nº 04, de autoria do deputado Beraldin, altera a redação do “caput” do artigo 1º do projeto de lei.

Sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso Parecer Favorável a tramitação das quatro emendas propostas ao Projeto de Lei nº 663/97.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Ademar Traiano, Carlos Simões, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Moisés Leônidas e Caíto Quintana.

Votamos o projeto ressalvadas as Emendas de Plenário que estão com Parecer Favorável da CCJ.

Votando somente o projeto. Aprovado, artigo por artigo.

Votação da Emenda nº 01 do Plenário. **Aprovada.**

Votação da Emenda nº 02 do Plenário. Autoria do deputado Edson Strapasson. **Aprovada.**

Votação da Emenda nº 03, deputado Edson Strapasson. **Aprovada.**

Votação da Emenda nº 04, deputado Edson Strapasson. **Aprovada.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/99, de autoria do deputado Nereu Colombo, que dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 103/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Irineu Colombo, dispõe sobre a publicação nos classificados, dos jornais locais, de advertência quanto a exploração sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes.

Acompanha o projeto Emenda Modificativa do líder do Governo Durval Amaral substituindo a expressão ficam obrigadas a publicar pela expressão “deverão publicar”.

A proposição assemelha-se aquela que obriga os anunciantes de propaganda de cigarro a advertir sobre os males do fumo.

Não vendo óbice de natureza jurídica, meu Parecer é Favorável à emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Algaci Tulio, Caíto Quintana, Antonio Carlos Belinati, Chico Noroeste, Orlando Pessuti, Carlos Simões e Moisés Leônidas.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 104/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 104/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a criar linha especial de financiamento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Os recursos necessários para a execução desta lei poderão ser supridos através de linhas de crédito já existentes, ou especificamente abertas para este fim.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

TONY GARCIA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 006/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos e Hipertensos de Goioerê, com sede e foro em Goioerê. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 003, de 19/02/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 079/2000, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara, com sede e foro em Tapejara. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 019, de 21/03/2000).**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 16/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro. com sede e foro no município de General Carneiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública, AMAI - Associação MAANAIM de Apoio à Infância, com sede e foro no município de Londrina-PR. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar no âmbito da malha rodoviária estadual a

rodovia denominada Caminho Ecológico do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T..

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Foi retificado o requerimento para 5 sessões, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Por 5 sessões.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 22/2001.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube de Londrina - Independência, com sede e foro em Londrina. COM PARACER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia, que veda a instalação de jogos eletrônicos em estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná. COM PARACERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. Anexo Projeto de Lei nº 197/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. **(Publ. no D.A. nº 037, de 24/04/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 117/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo vedar a instalação de jogos eletrônicos em estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 15.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 117/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Nelson Garcia, o presente projeto de lei tem como objetivo vedar a instalação de jogos eletrônicos em estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição é de interesse social sendo que, o uso de equipamentos eletrônicos nos estabelecimentos comerciais faz com que os jovens tenham acesso aos jogos de azar e iniciação com drogas lícitas.

Tramita nesta Casa de Leis, projeto de lei similar de autoria do deputado Ricardo Maia. Sendo assim propomos a anexação de ambos os projetos.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

(O Projeto e Lei nº 197/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, encontra-se publ. no D.A. nº 078, de 14/06/2000).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, com apoio do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) sessões. **Retirado pelo autor.**

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Marcos Isfer, Tony Garcia e demais deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O que foi protocolado inicialmente foi o que solicita a retirada por dez sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quem são os autores dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O primeiro, de Algaci Tulio e o segundo, do deputado Ricardo Maia.

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

Na verdade, existem dois requerimentos.

Um, de autoria do deputado Ricardo Maia e eu o subscrevi, pedindo a retirada por cinco sessões.

Existe um outro requerimento liderado pelo deputado Algaci com diversas outras assinaturas, pedindo a retirada por dez sessões para votação desse projeto.

Gostaria de sugerir que se retirasse por dez (10) sessões, até porque tem muitos deputados interessados em dar uma olhada nesse projeto e oferecer sugestões, inclusive eu, que tenho um projeto da mesma natureza tramitando na Casa.

Gostaria que prevalecesse a sugestão das dez sessões como retirada, até porque todos os deputados que tem interesse, possam dar uma avaliada e apresentar sugestões para alterar o projeto.

O SR. RICARDO MAIA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente eu concordo com a retirada do meu requerimento e tenho um requerimento sobre o item 12, pedindo a desanexação do meu projeto de lei a esse projeto de deputado Nelson Garcia. Nós achamos que talvez a intenção seja a mesma, mas é totalmente diferente o projeto de lei. O do deputado Nelson Garcia proíbe a instalação e funcionamento de jogos eletrônicos em todo o Estado do Paraná. O meu é simplesmente o popular “caça-níqueis”.

Então retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado o seu requerimento.

Em votação o requerimento do deputado Algaci Tulio, devidamente apoiado.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 117/2000.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 990 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente.

Aprovado. Á Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só para orientar e era uma das razões pelas quais nós pedimos a retirada por 10 (dez) sessões porque o projeto do deputado Ricardo Maia não recebeu pareceres das comissões. Estava anexado indevidamente e, outro detalhe, o próprio autor não pediu anexação.

Havia esta irregularidade que foi verificada pelo Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo a Vossa Excelência, havia um requerimento do deputado Nelson Justus formulado em 01/09/2000 solicitando anexação.

E de acordo com o nosso Requerimento qualquer deputado com assento na Casa pode solicitar anexação.

O SR. ALGACI TULIO

Entendo. Só que a questão principal é de que o projeto do deputado Ricardo Maia não passou pelas comissões.

O SR. PRESIDENTE

Vossa Excelência tem toda razão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)
(**Assentimento**)

Vossa Excelência no meio da sessão falou que o PMDB tem direito a dois nomes. E nós indicamos um nome, então farei outro ofício na sequência indicando o 2º nome para compor a CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Prossegue a leitura dos requerimentos.

Senhores deputados que compõe a CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito da Telepar indicando o deputado Tony Garcia para presidente da comissão, o deputado Plauto para vice-presidente e o deputado Algaci Tulio como relator. **Ao Departamento Legislativo para anotações.**

O SR. ALGACI TULIO

Só uma comunicação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Indicando inclusive o deputado Augustinho Zucchi como vice-relator e o deputado Tiago Amorim como suplente na Bancada do PTB.

Na CPI das Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que Vossa Excelência encaminhe à Mesa, por escrito.

Requerimento nº 980 de autoria do senhor deputado Angelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

O objetivo deste requerimento é solicitar e convocar o secretário da Administração. A tradição nossa, dos deputados, principalmente da Oposição e da Situação

nesta Casa, tem se pautado, talvez, por um mau hábito entre nós. Não por iniciativa da Oposição, mas talvez por uma falta de compreensão e uma falta de visão política do próprio governo do Estado e da Bancada da Situação à matéria que estamos tratando, mau hábito digo no seguinte: tendemos a politizar todas as iniciativas oriundas desta Assembléia. Um simples pedido de informações muitas vezes é negado, por mais que sejam informações simples, corriqueiras de serem prestadas, mas são negadas pela Bancada do Governo e esse gesto acaba politizando demais o relacionamento entre, não só a Bancada da Oposição e a Bancada da Situação, mas o próprio relacionamento que o governo tem com a sociedade.

No caso de que trata a convocação do secretário, é fundamental que ele seja convocado para discutir a respeito de um projeto que está tramitando na Casa, o projeto não será votado amanhã, nem será votado depois de amanhã, foi retirado por sete sessões e é de uma relevância muito grande, porque no nosso entendimento não temos as certezas a respeito do alcance do projeto e somente o secretário da Administração, quer dizer, com o corpo técnico do governo do Estado pode nos dirimir de algumas dúvidas. O projeto em pauta diz o seguinte: que os servidores estatutários poderão ser transformados em servidores celetistas. Isso pode trazer algum benefício para o governo do Estado, para a administração direta e indireta e para a administração indireta, pode redundar num prejuízo muito grande para um grande número de servidores.

Vamos supor, por exemplo, um servidor que está sob o Regime Jurídico Único, como estatutário, hoje no Estado do Paraná, que foi de 1988 para cá, que a Constituição mandou e que está recolhendo, hoje, para o governo do Estado, foi transformado de celetista para estatutário e hoje recolhe para o governo do Estado, tem quinze, tem dezessete anos de serviço, se esse servidor for transformado para celetista, hoje ele passaria a contribuir para o INSS. A nova legislação previdenciária do INSS, prevê que não é mais apenas o tempo de serviço, mas sim o tempo de contribuição o INSS vai cobrar do governo do Estado do Paraná que repasse para os cofres da União, do Sistema Previdenciário, os 17 anos relativos deste servidor.

Se o governo repassar, o servidor público poderá se aposentar, lá na frente, com tranquilidade. Mas, se o governo não repassar? Terá problemas do ponto de vista da sua aposentadoria. Quer dizer, há uma série de questões que precisamos esclarecer, da repercussão que este projeto pode trazer para perto de 40 mil servidores que estariam, hoje, numa dificuldade muito grande se não tivessem direitos assegurados do ponto de vista da sua aposentadoria.

Então, é importante que a Assembléia não faça, apenas, um convite para o senhor secretário. Mas, que a Assembléia convoque, que o secretário diga as razões, explique para o Poder Legislativo do que se trata este

projeto, e na hora oportuna, vamos poder votar com um pouco mais de clareza. Aqueles que têm uma opinião contrária, poderão expor sua opinião, poderão votar. E aqueles que têm uma outra visão, assim, desta forma, poderão proceder.

Então, mantenho o requerimento. O deputado Durval Amaral solicitou da possibilidade da retirada deste requerimento. Mas, diante da gravidade da matéria, é importante que o secretário venha e esclareça algumas dúvidas a respeito deste projeto, para o conjunto dos deputados. São mais de 50 mil servidores, que a princípio, sem levar em conta os outros servidores públicos, hoje, que podem ter sua vida funcional prejudicada e sua aposentadoria prejudicada, em relação a este projeto.

Pediria aos senhores deputados da Situação que apoiassem esta convocatória. Não se trata de cobrar do secretário nenhuma denúncia, não se trata de nenhuma pendenga política. É apenas que o secretário traga conhecimentos técnicos a respeito do que trata o presente projeto. É com este objetivo que apresentamos e solicitamos aos senhores deputados que nos apoiem neste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, apreciamos o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, que propõe a convocação do secretário da Administração. E estamos aproveitando a idéia dele e vamos convidar o secretário da Administração, não só para vir falar sobre esta mensagem, mas para vir falar, também, sobre o projeto que tramita na Casa, que estabelece o Fundo de Saúde para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Entretanto, entendemos que não podemos, também, protelar as Sessões Legislativas, haja vista que temos uma Ordem do Dia bastante extensa e que poderemos fazer isso, com toda tranqüilidade, em uma reunião pública com os senhores deputados, que poderá ser feita, sem nenhum problema, na Sala das Comissões ou na Liderança do Governo ou no Plenário desta Casa.

Então, vamos rejeitar, neste momento, o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, mas vamos aproveitar sua idéia, vamos trazer o secretário Ricardo para discutir não só uma mensagem, mas as duas mensagens, ainda na próxima semana. Nossa assessoria já vai contactar, efetivamente o secretário para que ele venha debater, não só com os deputados da Base de Sustentação política do governo, mas com todos os deputados desta Casa, estas duas mensagens tão importantes que tramitam neste momento.

É o encaminhamento, senhor presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento, queriam levantar-se. Dezesesseis (16) deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se. Dezesete (17). Fazemos a correção: vinte (20) deputados rejeitam.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Ângelo Vanhoni, queiram levantar-se.

Dezesete (17) senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, favor levantar-se.

Vinte (20) senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Esta Mesa se penitencia, cometeu um equívoco, e o requerimento encaminhado pelo deputado Hermes Fonseca, com apoio de vinte (20) senhores deputados que requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI para investigar irregularidades na Companhia Paranaense de Energia - Copel. Acatamos o requerimento e demos o seguinte despacho: "Recebemos e aguarde a ordem para instalação, do Departamento Legislativo, para os devidos fins".

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela ordem deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Para justificar o voto, senhor presidente.

O que gostaria de colocar, Deputado Durval Amaral, que normalmente ocorre nesta Casa, e acho o seguinte: não é demérito algum a um secretário vir convocado na Casa. Esse sistema que estamos adotando de votar convocação e fazer um convite para o secretário comparecer, na minha forma de entender, é diminuirmos a capacidade do poder da própria Assembléia Legislativa.

Para o secretário, se ele tem todos os argumentos para comparecer convidado, têm todos para comparecer convocado, porque ele vem para um fim específico. Agora, como o requerimento foi rejeitado, e o secretário será convidado, gostaria de pedir, deputado Durval Amaral, que ele viesse, por exemplo, no Plenário da Assembléia, já que não vem convocado ao Plenário.

Porque há de convir vossa excelência, que fica profundamente desconfortável - digamos assim, para a Oposição - o secretário vir na sala da liderança do governo, queira ou não, embora a amizade que nos prende aos deputados do governo, nós somos intrusos, dentro daquela sala que é da liderança do governo com o secretário.

Já que vossa excelência optou pelo caminho do convite, e não da convocação, que o convide para que compareça no Plenarinho, que é um campo neutro, um espaço público de todos, para que possamos saber sobre o plano de saúde, acho importantíssimo esse questionamento, sobre os dados colocados pelo deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero declarar o voto das pessoas que votaram a favor do requerimento. Gostaria que Vossa Excelência concordasse comigo, que tem duas pessoas que não estavam no Plenário na hora da votação. O deputado Kielse...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não foi anotado o voto do deputado Kielse.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O deputado Waldyr Pugliesi, deputado Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Beraldin, Sérgio Spada, Tony Garcia, Renato Gaúcho, Algaci Tulio, Nereu Moura e Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Volto a informar a vossa excelência que são 18 (dezoito) senhores deputados que votaram pela aprovação. Vossa excelência está discutindo matéria vencida, e além disso, deputado Vanhoni, tínhamos uma tentativa.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CESAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na composição dos membros das CPI, qual o critério que foi adotado para os Partidos que participariam, através de sorteio?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na cumbuca?

O SR. CESAR SILVESTRE

É que o nosso Partido, nem na cumbuca. Quando Vossa Excelência citou os Partidos que iriam participar, o PPS ficou de fora.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então foi uma falha da nossa assessoria, o Partido de Vossa Excelência também participará do sorteio na cumbuca.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria aproveitar a oportunidade, para convidar todos os deputados desta Casa, para amanhã nos darem a honra do comparecimento na sessão solene, "Primeira itinerante da Assembléia", na cidade de Maringá, às 20hs. na Câmara municipal, sessão essa que será presidida pelo nosso presidente Hermas Brandão.

Os deputados que desejarem participar, teremos a entrega do título de "Cidadão Benemérito" ao líder Hercílio Santinhoni, depois teremos um jantar, o presidente e nós, nos sentiremos honrados com a presença dos nobres companheiros.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Só para um esclarecimento, senhor presidente, como é possível os parlamentares verificarem, já estamos de volta a esta Casa, deputado Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, Ademir Bier, que estivemos na 2ª e 3ª feira e hoje pela manhã, retornando da cidade de Buenos Aires, capital da Argentina, participando da reunião do "Parlasul e do Crecené Litoral".

O deputado Caíto Quintana chefiou essa comitiva, onde diversos assuntos de interesse do Brasil e do interesse do Paraná, foram discutidos dentre eles, a questão da febre aftosa e a questão da ligação asfáltica da Província de Misiones com Andressito e Capanema no Estado do Paraná.

O deputado Caíto Quintana, certamente, na sessão de amanhã, fará um pronunciamento, relatando todas as atividades ocorridas na segunda e terça-feiras em Buenos Aires.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 978, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 991 e 992, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 993 e 994, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 995, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 998, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Deferido pela Presidência.**

Requerimento nº 999, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1000 e 1001, de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1004 e 1017, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1005, de autoria do senhor deputado Tiago de Amorin Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 100, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, e com apoio dos senhores deputados Nereu Moura, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi e Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Renato Gaúcho, Edson Strapasson, Marcos Isfer, Tony Garcia e demais senhores deputados, constante do expediente. **Deferido na forma do modelo em anexo**

Requerimentos nºs 1012, 1013 e 1014, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1016, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1020, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 1026, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral e Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1028, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente, com apoio dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Edson Strapasson e Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 981, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Para Encaminhar**)
Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao senhor deputado Antonio Carlos Belinati.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, já se passaram 10 meses do último derramamento de óleo, que foi lastimável a sua consequência para os mananciais, para os rios, no Estado do Paraná, no último dia 15 de julho passado, onde a Repar foi responsabilizada pelo grande prejuízo ecológico, que causou ao Estado do Paraná.

Nos últimos 20 dias, os jornais de grande circulação no Estado do Paraná, têm noticiado os acontecimentos trágicos para o Meio Ambiente do nosso Estado.

E numa conversa com o deputado Beraldin, presidente, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, não se sabe os valores que efetivamente foram aplicados para as empresas responsáveis por esses acidentes.

Então, gostaríamos que a Secretaria do Meio Ambiente informasse a esta Casa e aos parlamentares que aqui se destacam, principalmente na área do Meio Ambiente, para saber quais os valores que foram aplicados nessas companhias e, efetivamente, os valores arrecadados. Porque na última semana, os jornais publicaram que as Organizações não Governamentais, estão queixando-se da estrutura que tem deficitária na Secretaria do Estado do Meio Ambiente.

Então, para que fique bem claro nesta Casa, os valores para efeito, que nós possamos amanhã, deputado Edno Guimarães, apresentar melhorias no orçamento do Estado do Paraná, e colocar na proposta orçamentária, que se coloque mais recursos para a Secretaria de Meio Ambiente. Que se melhore a fiscalização, para que não aconteçam tragédias como essa.

Então nosso requerimento, senhor presidente, é nesse sentido de apenas esclarecer os valores que foram aplicados e aqueles que efetivamente foram recolhidos nos cofres públicos do Estado do Paraná.

O DR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nobre companheiro, deputado Antonio Belinati, nós vamos encarecer ao deputado Belinati para que ele retire o seu requerimento porque todas as informações solicitadas pelo deputado Belinati já foram, o expediente do deputado já foi encaminhado à Secretaria do Meio Ambiente, ao IAP, e nós já temos todas as informações para prestar ao deputado, inclusive o secretário do Meio Ambiente está disposto a conversar, marcar uma audiência, inclusive vir à Assembléia Legislativa para prestar todos os esclarecimentos ao deputado autor deste requerimento, razão pela qual eu encareço ao nobre deputado para que retire o seu requerimento, haja vista que nós temos condições de satisfazer todas as questões levantadas pelo deputado.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Senhor presidente, apenas para esclarecer a nossa preocupação, efetivamente que temos certeza que é também da Secretaria de Estado do Meio ambiente e também da liderança do governo para que fiquem bem claros estes valores, porque ao que chega ao nosso conhecimento as empresas tem recorrido dessas multas e ela vem diminuindo cada vez que é recorrido à justiça, parece-me que estes valores tem sido reduzidos.

Então, tendo em vista a colaboração da liderança do governo nós pedimos que até chegarem as informações que seja retirado o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Retirado pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 134, 144 e 317/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 052, 057, 216 e 344/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 663/97, 103/99, 067/99 e 648/97.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:**COMISSÃO ESPECIAL DE
INVESTIGAÇÃO DA SANEPAR
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente presidida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Beraldin e Plauto Miró Guimarães para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o deputado Beraldin agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou o nome do deputado Ricardo Chab para responder pela relatoria da CEI, ficando o deputado Edson Strapasson como sub-relator. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, diretor Legislativo lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, NEIVO BERALDIN, RICARDO CHAB, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, EDSON STRAPASSON e GERALDO CARTÁRIO.